

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CONSULTAS POPULARES PARA FINS DE ELABORAÇÃO DO PLANO
PLURIANUAL DE SANTA CATARINA**

LUCIANA VIEIRA E SILVA

**Florianópolis
2008**

LUCIANA VIEIRA E SILVA

**CONSULTAS POPULARES PARA FINS DE ELABORAÇÃO DO PLANO
PLURIANUAL DE SANTA CATARINA**

Trabalho apresentado na disciplina Monografia
como um dos pré-requisitos para a obtenção de
aprovação na disciplina.

Professor: Flávio da Cruz

**Florianópolis
2008**

LUCIANA VIEIRA E SILVA

**CONSULTAS POPULARES PARA FINS DE ELABORAÇÃO DO PLANO
PLURIANUAL DE SANTA CATARINA**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota de....., atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo:

.....dede 2008

Prof^ª. Dra. Valdirene Gasparetto
Coordenadora de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Prof. Msc Flávio da Cruz (Orientador)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof. Dr. Orion Augusto Platt Neto
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^º. Mestrando João Paulo de Oliveira Nunes
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

FLORIANÓPOLIS – SC
2008

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela sua misericórdia infinita e por ter sido A fonte de esperança nos momentos difíceis quando da realização desta monografia

Aos meus pais, Conceição e Osvaldo, por todo o apoio, incentivo, encorajamento e por acreditarem sempre em mim, vocês são os grandes responsáveis por aquilo que sou hoje. Obrigada pelo amor e pela doação de vocês.

A meu orientador professor Flávio da Cruz, pela colaboração, incentivo, dedicação, compreensão, carinho, crescimento e por ter confiado em minha capacidade. Obrigada pela ajuda na realização deste estudo.

Ao meu noivo Rodrigo, por compreender e colaborar em tantos momentos difíceis que passamos juntos, tanto na realização desta pesquisa quanto no decorrer da graduação. Obrigada por estar ao meu lado durante estes quatro anos e meio de curso.

Às minhas amadas irmãs pelo amor e pelo companheirismo, amo vocês demais.

Aos meus amigos por estarem presentes, mesmo na minha ausência, sempre acreditando, apoiando, incentivando, não apenas nos momentos felizes, mas também nos momentos difíceis.

Ao Senhor Sérgio Francisco Ambrosi, servidor da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina – Coordenadoria do Orçamento Estadual, que se mostrou prestativo em todos os momentos desta pesquisa, no qual, sem ajuda não teria conseguido fazê-la.

Aos professores do Departamento de Ciências Contábeis da UFSC, pelos ensinamentos transmitidos ao longo do curso.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

"Seja a mudança que você quer ver no mundo."
Dalai Lama

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	VI
LISTA DE TABELAS	VII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	VIII
RESUMO	IX

LISTA DE QUADROS

Quadro I: Secretaria Regional – São Miguel D’Oeste.....	82
Quadro II : Secretaria Regional – Maravilha.....	83
Quadro III : Secretaria Regional – São Lourenço do Oeste.....	84
Quadro IV: Secretaria Regional – Chapecó.....	85
Quadro V: Secretaria Regional – Xanxerê.....	86
Quadro VI : Secretaria Regional – Concórdia.....	87
Quadro VII : Secretaria Regional – Joaçaba.....	88
Quadro VIII : Secretaria Regional – Campos Novos.....	89
Quadro IX : Secretaria Regional – Videira.....	90
Quadro X : Secretaria Regional – Caçador.....	91
Quadro XI : Secretaria Regional – Curitibaanos.....	92
Quadro XII : Secretaria Regional – Rio do Sul.....	93
Quadro XIII : Secretaria Regional – Ituporanga.....	94
Quadro XIV : Secretaria Regional – Ibirama.....	95
Quadro XV : Secretaria Regional – Blumenau.....	96
Quadro XVI : Secretaria Regional – Brusque.....	97
Quadro XVII : Secretaria Regional – Itajaí.....	98
Quadro XVIII : Secretaria Regional – São José.....	99
Quadro XIX : Secretaria Regional – Laguna.....	100
Quadro XX : Secretaria Regional – Tubarão.....	101
Quadro XXI : Secretaria Regional – Criciúma.....	102
Quadro XXII : Secretaria Regional – Araranguá.....	103
Quadro XXIII : Secretaria Regional – Joinville.....	104
Quadro XXIV – Secretaria Regional – Jaraguá do Sul.....	105
Quadro XXV – Secretaria Regional – Mafra.....	106
Quadro XXVI – Secretaria Regional – Canoinhas.....	107
Quadro XXVII : Secretaria Regional – Lages.....	108
Quadro XXVIII : Secretaria Regional – São Joaquim.....	109
Quadro XXIX : Secretaria Regional – Palmitos.....	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Prioridades das 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional.....75

Figura 2: Prioridades das SDR que constaram no PPA 2004/2007 e LOA 2004.....76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais diferenças entre o orçamento tradicional e o orçamento-programa	29
Tabela 2 – Ordenamento de Quadros das Secretarias Regionais	81
Tabela3: Prioridades Regional I.....	36
Tabela 4: Prioridades Regional II.....	38
Tabela 5: Prioridades Regional III.....	39
Tabela 6: Prioridades Regional IV	41
Tabela 7: Prioridades Regional V.....	42
Tabela 8: Prioridades Regional VI.....	43
Tabela 9: Prioridades Regional VII.....	44
Tabela 10: Prioridades Regional VIII.....	46
Tabela 11: Prioridades Regional IX.....	47
Tabela 12: Prioridades Regional X.....	48
Tabela 13: Prioridades Regional XI.....	49
Tabela 14: Prioridades Regional XII.....	51
Tabela 15: Prioridades Regional XIII.....	52
Tabela 16: Prioridades Regional XIV.....	53
Tabela 17 Prioridades Regional XV.....	54
Tabela 18: Prioridades Regional XVI.....	56
Tabela 19: Prioridades Regional XVII	57
Tabela 20: Prioridades Regional XXVIII.....	58
Tabela 21: Prioridades Regional XIX.....	59
Tabela 22: Prioridades Regional XX.....	61
Tabela 23: Prioridades Regional XXI.....	62
Tabela 24: Prioridades Regional XXII.....	63
Tabela 25: Prioridades Regional XXIII.....	65
Tabela 26: Prioridades Regional XXIV.....	66
Tabela 27: Prioridades Regional XXV.....	67
Tabela 28: Prioridades Regional XXVI.....	68
Tabela 29: Prioridades Regional XXVII.....	70
Tabela 30: Prioridades Regional XXVIII.....	71
Tabela 31: Prioridades Regional XXIX.....	72

Tabela 32: Prioridades das 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional.....	75
Tabela 33: Prioridades das SDR que constaram no PPA 2004/2007 e LOA 2004.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESC - Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CPI - Comissões Parlamentares de Inquérito

ESM'S - Empresas do Sistema de Mercado.

ESP'S - Empresas do Sistema de Planejamento

FAP'S - Famílias com Apetite para o Poder Político-Partidário

FIP'S - Famílias Inibidas para o Poder Político-Partidário.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOA - Lei Orçamentária Anual

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Polícia Militar

PPA - Plano Plurianual

PPI - Programação Pactuada e Integrada

SUS – Sistema Único de Saúde

TRE-SC -Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

UTI – Unidade de Tratamento Intensivo

RESUMO

SILVA, Luciana Vieira. **Consultas Populares para fins de elaboração do Plano plurianual de Santa Catarina**. 2008. 129 p. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008.

Tendo o orçamento público desempenhado papéis importantes para a gestão pública a fim de guiar as operações do governo. E que o número de especialistas com capacidade técnica nos órgãos públicos tem se tornado um número restrito. O orçamento participativo (em nível municipal) ou regionalizado (no âmbito estadual) tende a ser um colaborador no momento da elaboração das propostas orçamentárias. Diferente do utilizado anteriormente, O orçamento-programa começou a existir com a finalidade de corrigir as distorções de sistema econômico e ser um propulsor de programas de desenvolvimento. Tem por objetivo investir da maneira mais adequada a verba pública para que se ofereça a sociedade bens e serviços que proporcionem maior bem estar social. Inspirado na experiência ocorrida em Minas Gerais a administração pública do Estado de Santa Catarina quis garantir uma maior participação da sociedade na organização das leis orçamentárias e elaborou através de seus parlamentares projetos de lei e emendas constitucionais tratando a importância do orçamento regionalizado. Os parlamentares catarinenses optaram por aplicar sobre o Plano Plurianual ao invés de anualmente fazê-lo com Lei Orçamentária Anual. Após a discussão das propostas apresentadas pelos representantes municipais, as mesmas foram submetidas à deliberação do plenário, que tinham o poder de decisão sobre os investimentos priorizados para inclusão na proposta de orçamento. Esta monografia visa verificar a representatividade das decisões, propostas pela sociedade durante as audiências públicas regionais, para a elaboração das emendas constitucionais no contexto dos Planos Plurianuais preparados pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A metodologia utilizada neste trabalho para a obtenção dos dados foi uma pesquisa documental a materiais, atas das audiências públicas regionais e de documentos que estavam sobre apreço da ALESC. A trajetória metodológica divide-se em duas fases, sendo a primeira constituída da parte teórica que fornece a fundamentação da pesquisa, sendo compreendida por conceituação de administração pública, histórico do orçamento, regionalização orçamentária e orçamento público. Já a segunda fase serão analisados dados, por secretaria de desenvolvimento regional, e apresentadas as propostas que foram inseridas no Plano Plurianual 2004-2007. Os resultados encontrados neste estudo foram satisfatórios, já que demonstraram que algumas das propostas eleitas nas audiências públicas regionais constaram no Plano Plurianual 2004-2007.

Palavras-chave: Plano Plurianual, Orçamento Regionalizado, Governo e Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta o tema, o problema e os objetivos deste estudo. Também evidencia a justificativa do assunto escolhido e a metodologia empregada e as limitações, bem como a organização do trabalho para dar condições de alcançar bom resultado neste estudo.

1.1 Tema e problema

Corrupção, suborno, fraude, falsificação, extorsão, adulteração, são fatores que têm identificado a conjuntura política brasileira. A população se depara com seus direitos a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, à previdência social, a proteção à maternidade e infância, à assistência aos desamparados, que são assegurados pela constituição federal, violados pelo desvio da verba pública.

Esta dualidade de exposição do desempenho estatal tem sido o hábito preferencial da imprensa brasileira e gera procura por jornais, revistas e outros meios de comunicação de massa. Por outro lado nota-se que o sistema de concessão de canais de televisão, rádios AM e FM, tem uma trajetória de favorecimento à oligarquia e aos núcleos de comando político partidário e suas famílias, portanto, o Estado e suas ações podem ser apresentados como “salvador” ou como “vilão”, conforme a situação.

Embora a administração pública tenha um papel importante na vida de uma população, no Brasil, ela tem sofrido severas críticas, e levanta um questionamento: será que o seu funcionamento está sendo eficiente?

Desta maneira, torna-se necessário analisar a importância do orçamento público no contexto da gestão estatal, seja ele sob o aspecto da preparação e estudo da lei do orçamento e as normas para a sua elaboração, ou, no aspecto de seus representantes eleitos pelo povo aprovarem os gastos que serão realizados pelo Estado durante o exercício.

O orçamento público desempenha papéis importantes como um meio para programar o trabalho do governo, além do controle das finanças públicas e uma materialização de projetos e planos da administração pública a fim de ser um guia para as operações do governo.

O processo orçamentário baseia-se em quatro fases: 1º) elaboração do projeto de lei orçamentária anual, que deve levar em consideração o Plano Plurianual, os planos setoriais, a

Lei de Diretrizes Orçamentárias, esse papel é desempenhado pelo Poder Executivo; 2º) a fase de votação e aprovação da lei orçamentária, papel desempenhado pelo Poder Legislativo; 3º) a fase de execução orçamentária, que corresponde ao exercício financeiro; 4º) controle e avaliação que coincide com o período de execução orçamentária.

Na administração pública brasileira o orçamento esperado para o ano seguinte é o do ano anterior associado as variáveis financeiras econômicas. A elaboração e a execução deles são caracterizadas por mecanismos técnicos.

Como o número de especialistas nos órgãos públicos administrativos é extramente restrito e entre os funcionários (comissionados) existe um demasiado desconhecimento, a elaboração e execução tornam-se prejudicadas. O orçamento participativo inserido nesse contexto tenta modificar essas práticas.

Na Constituição Federal tem-se o Título IV, Capítulo I, Seção I, Artigo 48 o qual trata as matérias de competência da União: sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas, planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, entre outros. Além disso, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, as operações de crédito, a dívida pública e as emissões de curso forçado onde indiretamente encontra-se inserido tema orçamento e por extensão o orçamento participativo tanto no contexto da União quanto das administrações estaduais e municipais.

O orçamento tradicional, em sua origem, não visava atender às necessidades coletivas nem aos objetivos econômicos e sociais da administração pública. Procurava apenas disciplinar as finanças públicas, sendo um instrumento de controle.

O orçamento moderno/programa começou a existir no final do século XIX, a fim de corrigir as distorções de sistema econômico e ser um propulsor de programas de desenvolvimento. Tem por objetivo investir da melhor forma a verba pública para que se disponibilize a sociedade bem e serviços que proporcionem bem estar social.

Após pesquisas e estudos de alguns métodos de descentralização na elaboração da lei orçamentária, por meio de parlamentares e assessores legislativos catarinenses encontrou-se uma iniciativa implementada no Estado de Minas Gerais. A administração pública deste Estado querendo garantir uma maior participação da sociedade na elaboração das leis orçamentárias organizou através de seus parlamentares projetos de lei e emendas constitucionais tratando a importância do orçamento participativo.

Com isso os parlamentares catarinenses, principalmente nas gestões administradas por políticos partidários do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido

dos Trabalhadores (PT), decidiram repetir, desde as fases iniciais, as idéias para implementação deste instrumento no Estado de Santa Catarina.

Como consequência das providências e procedimentos supra-mencionados, optaram por aplicar sobre o Plano Plurianual ao invés de anualmente fazê-lo com Lei Orçamentária Anual, depois de estudos que tiveram como resultado emendas constitucionais. A metodologia do trabalho do orçamento estadual regionalizado consistia inicialmente na realização de audiências públicas municipais, logo após na realização de audiências públicas regionais, na sintetização e emissão das propostas, na forma de relatórios, para Secretaria de Estado da Fazenda, e assim serem incluídas no plano orçamentário anual.

Nas assembléias públicas realizadas para o PPA 2004-2007, o governo do Estado, que neste momento estava sob a responsabilidade da coligação PMDB/PSDB, foram discutidas propostas em setores de investimento, distribuídas pelas áreas de saúde, educação, agricultura, trabalho, transporte, habitação e segurança pública, as propostas a serem debatidas são determinadas por emendas constitucionais previamente aprovadas.

Foram convidados a participar desta assembléia moradores, representantes dos grupos sociais organizados, sindicatos, associações, entidades governamentais e não-governamentais.

Após a discussão das propostas apresentadas pelos representantes municipais, as mesmas são submetidas, conforme a metodologia usual, à deliberação do plenário, que têm o poder de decisão sobre os investimentos priorizados a serem candidatos à posterior inclusão na proposta de orçamento anual.

Sabe-se que a inclusão definitiva, onde sistema orçamentário é autorizado ao invés de impositivo, ocorre em última análise pelo poder Executivo e no momento da sanção ao Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo.

Considerando-se o grau de incredulidade que a sociedade possui em relação ao comprometimento dos parlamentares na concretização das propostas votadas pela sociedade, o presente trabalho buscou verificar a seguinte questão problema: *Qual a representatividade quantitativa e qualitativa das emendas constitucionais elaboradas pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina com base no Orçamento Participativo Regionalizado no contexto dos planos plurianuais?*

1.2 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é identificar a representatividade quantitativa e qualitativa das emendas constitucionais elaboradas pela Assembléia Legislativa do Estado de

Santa Catarina com base no Orçamento Participativo Regionalizado no contexto dos planos plurianuais.

Como objetivos específicos e visando alcançar o objetivo geral da pesquisa estabeleceram-se os seguintes:

- coletar as atas audiências públicas regionais;
- interpretar os indicadores sócio-econômicos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina por regiões;
- analisar os aspectos quantitativos e qualitativos das audiências, e
- verificar a efetividade da inserção dos dados e informações contidas nas atas quanto da elaboração da proposta das Plano Plurianual.

1.3 Justificativa

O tema a ser pesquisado mostra-se relevante pela necessidade de evidenciação dos instrumentos de gestão popular na administração pública estadual. Para Lunkes (2003, p. 26) “o orçamento está intimamente ligado ao desenvolvimento dos princípios democráticos, à idéia de soberania popular (...)”.

Vale destacar que nos dias atuais o que diz respeito ao desenvolvimento de princípios democráticos não está se realizando na íntegra, quando assiste-se as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) que julgam as atitudes de certos deputados, senadores ou até ministros. Todos são funcionários da administração pública que, tenham sido ou não, eleitos pelo voto de confiança dado pelo povo, para desenvolverem os princípios democráticos. A ocupação de lugar na estrutura estatal inclui muitas vezes os princípios convenientes para os interesses individuais de grupo.

Vale ressaltar que no passado e em regimes ditatoriais sequer os questionamentos a respeito podiam ser discutidos porque a aliança entre os militares e a oligarquia aderente ao regime impedia com Atos Institutivos e legislação repressiva a liberdade de manifestação. Os parlamentares eram fechados ou os legisladores tinham seus mandatos suspensos pelo Poder Executivo.

Nos dias atuais, a própria sociedade passa a controlar o estado e cobrar a aplicação dos recursos. Assim, para Oliveira (2004, p. 1) “perde espaço a gestão pública voltada unicamente para dentro do próprio governo, com métodos burocráticos de controle que desconsiderem um importante ator: o cidadão”, o que autor chama de controle pode ser substituído por gestão.

Pela importância do assunto, para Fedozzi (2001, p. 22), desenvolveu-se “uma modalidade de gestão pública, baseada na participação população na elaboração e execução do orçamento público, especialmente para a escolha de prioridades dos investimentos municipais” para este trabalho investimentos estaduais.

Sabe-se que o controle social é uma experiência recente e sua eficácia é um dos assuntos que se pretende investigar nesta monografia.

a literatura sobre participação popular na gestão, destaca diversos graus de participação que raramente constituem uma situação de partilha de poder, ou de divisão do poder de divisão das políticas públicas. (...). Na definição do orçamento público essa participação é representada por um tipo *ampliada e neocorporativista*. (FEDOZZI, 2001, p. 164)

Um dos aspectos que envolvem a inserção da mediação popular corresponde ao fato de as regras para esta participação estejam regularizadas, papel no qual a contabilidade é parte do conjunto para que informações sejam divulgadas com transparência e credibilidade.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade do auxílio que a participação popular pode gerar na elaboração e no controle da efetivação do orçamento público. Quando essa consulta popular efetivamente ocorre é essencial que se analise a representatividade das emendas elaboradas pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina com base no Orçamento Participativo regionalizado no contexto dos planos plurianuais.

4.1 Metodologia

Torna-se necessário durante a elaboração de um trabalho científico o conhecimento de metodologias a serem seguidas e que levarão o pesquisador ao desenvolvimento de seu estudo. Para tanto, identificam-se os tipos de pesquisa, os instrumentos de coletas de dados, bem como os tipos de análise dos dados a serem utilizados neste estudo.

Qualquer estudo acadêmico deve seguir uma metodologia científica que, de acordo com Demo (2000, p.19), pode ser definida da seguinte maneira:

metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar da realidade teórica e praticamente, para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos.

A metodologia estuda os métodos essenciais à elaboração da pesquisa científica. Será adotada a divisão da proposta por Beuren *et al.* (2006), na qual as tipologias de delineamentos

de pesquisa são agrupadas em três categorias: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Baseado nos objetivos, esta pesquisa classifica-se como explicativa. De acordo com Gil (1999 apud Beuren *et al.* 2006, p. 82),

ressalta que as pesquisas explicativas visam identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Por explicar a razão e o porquê das coisas, esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade. Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos.

Deste modo, a pesquisa explicativa é desenvolvida no sentido de aprofundar o conhecimento da realidade e explicar determinantes na ocorrência de fenômenos.

Quanto aos procedimentos, o estudo será desenvolvido mediante pesquisa documental. No que se refere à pesquisa documental Silva e Griolo (2002 apud Beuren *et al.* 2006, p. 89) assegura que “A pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou podem ser reembolsados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Assim, para se atingir o objetivo referente à análise de documentos e atas de reuniões das Assembléias regionalizadas, documentos que estão sob o apreço da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Quanto à abordagem do problema esta pesquisa classifica-se como quantitativa e qualitativa. Segundo Beuren *et al.* (2006, p. 92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. E quantitativa Richardson (1996, p. 80) afirma:

caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficientes de correlação, análise de regressão etc.

Para coleta de dados serão utilizadas pesquisas documentais ou de fontes primárias e pesquisas bibliográficas ou de fontes secundárias, já que as fontes de coleta de dados serão os documentos propriamente ditos, além de monografias, artigos eletrônicos, livros.

Pesquisa documental, pois segundo Beuren *et al.* (2006, p. 134-135):

a coleta de dados por meio da pesquisa documental ou de fontes primárias é a que trabalha com informações que não receberam tratamento (...) o pesquisador pode encontrar dados em diversas fontes de documentos escritos, como: arquivos públicos, publicações parlamentares, jurídicas e administrativas [...].

Beuren *et al.* (2006, p. 135) destaca:

as pesquisas bibliográficas ou de fontes secundárias utilizam, fundamentalmente, contribuições já publicadas sobre o tema estudado. Consideram-se documentos de fontes secundárias as teses, dissertações, monografias, artigos de anais, artigos eletrônicos, publicações avulsas, livros, revistas, os boletins de jornais.

Esses instrumentos de coleta de dados foram selecionados por caracterizarem as técnicas que serão utilizadas para que se adquiram as informações pertinentes a essa pesquisa.

Concluindo o processo de coleta de dados do trabalho, o passo seguinte é proceder à análise desses dados. Na análise dos dados, Gil (1999) explica que o objetivo é organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação.

Nesse estudo será utilizada a análise documental que, de acordo com Richardson (1999 apud Beuren *et al.* 2006, p.140):

A análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados. Comenta que o método mais conhecido é o histórico, o qual consiste em estudar os documentos visando investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sociocultural-cronológico.

Essa análise documental deve corresponder aos objetivos do estudo e o pesquisador precisa ter uma noção mais sólida do assunto abordado para melhor sustentar a análise dos dados.

1.4.1 Trajetória metodológica

A trajetória metodológica divide-se em duas diferentes fases, sendo: fundamentação teórica, e análise dos dados obtidos com o estudo.

Na primeira fase apontam-se assuntos referentes ao tema abordado; tais como, administração pública, histórico do orçamento, regionalização orçamentária e orçamento público.

Na segunda e última fase, serão analisados os dados, por regional, e apresentadas as propostas que foram inseridas no Plano Plurianual 2004-2007.

1.5 Limitações

O presente estudo visa demonstrar a representatividade das emendas constitucionais elaboradas pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) com base no Orçamento Participativo Regionalizado no contexto dos planos plurianuais.

A parte teórica desse estudo limitou-se em pesquisas documentais ou de fontes primárias e pesquisas bibliográficas ou de fontes secundárias, que serão demonstradas no capítulo três, através de tabelas com as respectivas análises. Limita-se pelo critério de divisão em Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina, em um total de 29 (vinte e nove); pelos relatórios das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004, cujos acessos foram disponibilizados através de visitas e contatos telefônicos com a equipe técnica da Coordenadoria de orçamento Estadual da ALESC.

Assim sendo, neste estudo evidenciam-se as 29 (vinte e nove) Secretarias de Desenvolvimento Regional, sendo que a abrangência do mesmo limitou-se às audiências públicas regionais ocorridas no ano de 2003 que estabeleceram propostas para a elaboração do PPA 2004/2007 e LOA 2004.

1.6 Estrutura e descrição do trabalho

O trabalho será dividido em cinco capítulos. O primeiro apresenta a Introdução; bem como o tema e problema de pesquisa; os objetivos da pesquisa; a justificativa do estudo selecionado; a metodologia aplicada; as limitações da pesquisa e estruturação e descrição do presente trabalho.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica sobre administração pública; administração pública e privada; orçamento público; histórico do orçamento; regionalização orçamentária e orçamento público.

O terceiro capítulo apresenta o estudo sobre a experiência da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina em Orçamento Participativo, seguido da evolução histórica do orçamento regionalizado em Santa Catarina; e as análises dos dados coletados junto a ALESC.

O quarto capítulo aborda as conclusões obtidas com o estudo e sugestões para futuros trabalhos; e por fim apresentam-se no quinto capítulo apresentam-se as referências utilizadas para a concretização da pesquisa e anexos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção são apresentados os conceitos e teorias relativas ao tema e ao objetivo do trabalho, demonstrando, principalmente, aspectos importantes sobre a Administração Pública, os Sistemas de Intermediação Financeira, o desenvolvimento histórico do orçamento, abordando, posteriormente, definido orçamento e apresentando a experiência do orçamento regionalizado em Santa Catarina.

2.1 Administração Pública

A administração pública,

Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração é, pois todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. (MEIRELLES, 2004, p. 64)

DICIONÁRIO WIKIPÉDIA (2007) é função imediata da gestão pública dar atenção às necessidades almeçadas e reivindicadas pela população, já que ali estão para representá-la. É também representado pelas entidades, tais como autarquias locais e os serviços que são prestados por estas, em atendimento às pertinências legais da execução das funções administrativas do Estado.

Francisco Mafra Filho considera, que além do Governo e Poder Executivo, também todo o pessoal que movimenta a “máquina administrativa” através das atividades desempenhadas por esse “indispensável aparelho” é que possibilitam o preenchimento das finalidades do Estado.

2.2 Administração Pública X Privada (Sistemas de Intervenção)

As relações entre o governo e a economia privada são dinâmicas, controversas, abrangentes, sendo, por si só desafiante para cada pesquisa. Nesta monografia, o foco é o orçamento e a participação dos setores, que é um assunto pertinente.

“A relação entre o Estado e sociedade civil é uma discussão fundamental, pois são as diferentes formas de relação entre o Estado e a sociedade que atribuem o verdadeiro caráter de qualquer Estado”. (DARIO, 2004, p.22). Já que as diferentes peculiaridades de cada

sociedade são absorvidas pelo Estado, podendo-se assim identificar se o Estado pertence a esta ou àquela sociedade.

Estado segundo o Dicionário Priberan, conceitua-se por ser uma "nação politicamente organizada por leis próprias", para estes escritos, considera-se nação como a sociedade de maneira geral.

Logo o governo representa “[...] a estrutura de funcionamento por meio da qual o Estado se organiza” (KEHRIG, 2004, p,173). O governo é a “instância máxima” do poder executivo ou administração do Estado (executiva). Poder executivo o dicionário Wikipédia define como o poder do Estado que, de acordo com a constituição de um país ou nação, possui a competência de gerir o povo e administrar os interesses públicos, executando com exatidão as ordenações legais. A forma de governo se dá no estabelecimento do poder na sociedade e como se dá a relação entre governantes e governados na economia, por exemplo.

Nesse sentido o Estado porta-se como um agente econômico. Agente econômico é um indivíduo ou conjunto de indivíduos que através de suas decisões e ações, tomadas com racionalidade, influencia de alguma maneira a economia. Famílias, empresas, Estado e exterior, são por tradição considerados agentes econômicos. (PORTAL KNOOW.NET – ENCICLOPÉDIA – ÁREAS TEMATICAS)

A atuação do Estado no âmbito econômico apenas se apresenta legítima para proteger os princípios estabelecidos constitucionalmente. Conforme o artigo 170 da Constituição Federal,

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas, sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

Sabe-se que na prática nem todas as famílias e empresas são constituídas e se movem concretamente da mesma maneira. Suas relações com o Estado por conseqüência não são as mesmas.

Dentre as famílias pode-se identificar dois extremos: FAP’S – Famílias com Apetite para o Poder Político-Partidário e FIP’S – Famílias Inibidas para o Poder Político-Partidário.

Dentre as empresas de fins lucrativos pode-se identificar dois extremos: ESP’S – Empresas do Sistema de Planejamento e ESM’S – Empresas do Sistema de Mercado. (CRUZ, 1988, p.26)

CRUZ (1988) As FAP'S, de maneira geral, são detentoras dos meios de comunicação e capazes de disseminar desvantagens em participar dos meios políticos-partidários, mantendo poucas famílias na dominação partidária do país. Para aumentarem seu poder de influência as FAP'S investem seu dinheiro nas ESP'S. Os proprietários dessas empresas possuem um forte poder de pressão junto ao Poder Executivo, facilitando o contato para defender os seus interesses, participando das regras de mercado.

Basicamente, as maneiras e limites de intervenção do Estado no domínio econômico estão demarcados na Constituição Federal. De acordo com o que determina o art. 173, só pode o Estado diretamente explorar atividade econômica quando necessário aos imperativos da segurança nacional ou indispensável ao interesse coletivo, estabelecido em lei. O art. 174 prevê a atuação do Estado como agente normativo e que regula a atividade econômica, segundo a lei, por meio do exercício de funções de fiscalização, incentivo e planejamento. Destaca-se, deste modo, o caráter extraordinário e suplementar (adicional) da atuação do Poder Público nesse contexto, limitado pelos princípios estabelecidos no art. 170 da Constituição Federal. (BITTENCOURT, 2004)

Como se verifica no cotidiano nem tudo que está escrito vai para a prática rotineira.

A intervenção do Estado no domínio econômico pode ser conceituada como “todo ato ou medida legal que restringe, condiciona ou suprime a iniciativa privada em dada área econômica, em benefício do desenvolvimento nacional e da justiça social, assegurados os direitos e garantias individuais. (GASPARINI, 2001, p. 614)

Na concepção aristotélica, o Estado, o Estado tem como finalidades básicas:

- a segurança, com o objetivo de manter a ordem política, econômica e social;
- o desenvolvimento, com o objetivo de promover o bem comum.

Maurice Deucenger, entretanto, refere-se ao Estado como o poder instituído em uma sociedade para dominação de certas classes sobre outras. (SILVA, 1996, p.20)

Salama (1983, p.25 e 26; 28) considera que a intervenção do Estado em países capitalistas desenvolvidos se dá através da garantia do atendimento das regras de troca, o que assegura a possibilidade da exploração e de sua continuidade. Já nos países capitalistas subdesenvolvidos: “o Estado parece produzir a classe que ele deveria representar [...] permite compreender que o Estado nos países subdesenvolvidos pode ser o *lugar* de difusão das relações mercantis e o elemento necessário para essa difusão”

Moreira entende a intervenção econômica,

como toda e qualquer conduta estatal que vise a alterar o comportamento econômico espontâneo dos agentes privados, seja com fins de prestígio ao mercado concorrencial, seja com fins estranhos ao próprio mercado concorrencial (mas vinculados ao interesse público como definido em lei). (MOREIRA, 2005, p.4)

Por mercado, entenda-se tudo o que pode transformar a economia em giro de capital (possibilidade de se transformar em dinheiro). Já concorrência é a disputa econômica entre duas ou mais empresas privadas do mesmo ramo. Mercado concorrencial é, portanto, a disputa entre duas ou mais empresas para alcançar determinado objetivo.

Para Lino Martins da Silva, “no estado moderno, as finanças públicas não são somente um meio de assegurar a cobertura para as despesas do governo, são também, fundamentalmente, um meio de intervir na economia, de exercer pressão sobre a estrutura produtiva e de modificar as regras de distribuição da renda” (SILVA, 1996, p.21)

Quando Silva menciona estrutura produtiva se referindo à produção de bens e serviços tanto pelas empresas privadas quanto pela administração pública.

As finanças públicas abrangem toda a ação do Estado para o cumprimento das necessidades coletivas tendo como resultado o estudo da conformidade e da oportunidade da adequação das ações que serão desenvolvidas para o atendimento dessas necessidades (SILVA, 1996, p.21)

A intervenção do Estado na propriedade particular tem como objetivo principal a proteção aos interesses da comunidade.

O bem estar social é o bem comum e geral do povo. Para propiciar esse bem estar social o Poder Público pode intervir na propriedade privada, dentro dos limites (normas legais e atos administrativos) atribuídos a cada entidade estatal, amparando o interesse público e garantindo os direitos individuais.

Segundo Cruz (2007, p.17), “numa democracia, os objetivos são freqüentemente expressão do sistema de valores e a melhor solução pode ser a obtenção de um consenso mediante o ajuste de valores em conflito”.

“Não obstante, o governo precisa determiná-las antes de poder decidir como satisfazê-las eficientemente. Por conseguinte, é preciso ser encontrado um meio para induzir o povo a revelar suas preferências”. (MUSGRAVE, 1974, p. 29)

Musgrave considera que se o Estado deseja satisfazer às necessidades sociais a maneira mais adequada é através do orçamento.

2.3 Histórico do Orçamento Público

Desde que a civilização humana passou a ter noção de troca entre bens e serviços teve contato com a previsão dos recursos e as circunstâncias capazes de garantir o atendimento das

condições efetivas do acesso, do convencimento, da pressão ou ocupação de espaço para garantir o êxito da transação.

Por outro lado, o controle dos recursos públicos já era prevista na legislação aprovada por Moisés, 1300 anos a.C. e onde eram reguladas as funções da justiça e a arrecadação dos dízimos. (SILVA, 1996, p. 24)

Historicamente o estabelecimento de orçamentos resultou da necessidade dos contribuintes para a cobrança de tributos, segundo regra difundida na Europa ocidental desde a Idade Média. Pelo que citam os autores neste campo de saber, sempre que o príncipe necessitava de recursos que não poderiam ser satisfeitos pelos seus rendimentos era forçado a obter uma anuência dos contribuintes para a cobrança de tributos, onde o príncipe reunia-se com a assembléia de estados, nessas ocasiões além de ser autorizada a cobrança de tributos, era também definida a utilização dos recursos.

A Revolução Francesa estabeleceu de maneira clara as regras fundamentais do direito financeiro. Tornou-se responsabilidade do poder executivo votar o imposto, atribuir ao Governo, para o ano seguinte, a elaboração de um balanço com as despesas permitidas e receitas autorizadas (orçamento anual).

Segundo Giacomoni (1997, p. 48)

com a vinda do rei D. João VI, o Brasil iniciou um processo de organização de suas finanças. A abertura dos portos trouxe a necessidade de maior disciplinamento na cobrança dos tributos aduaneiros. Em 1808 foram criados o Erário Público (Tesouro) e o regime de contabilidade.

Regime de contabilidade ou regime contábil é uma técnica adotada para registrar os fatos contábeis. Os regimes contábeis podem ser de competência, de caixa ou misto.

Iniciou-se assim, a introdução do Orçamento Público no Brasil.

Com a Constituição de 1824 no período imperial, estabeleceram-se as primeiras normas a respeito da elaboração dos orçamentos. Nela constava que somente através de lei votada pelo parlamento poderia autorizar-se despesa, e que a responsabilidade da elaboração do orçamento seria do Poder Executivo, que o encaminharia posteriormente à Assembléia Geral (Câmara de Deputados) para futura aprovação. (GONTIJO, 2004, p.1)

[...] somente em 1827 foi formulada a primeira lei orçamentária brasileira. Porém, os deficientes mecanismos arrecadadores a nível de províncias, as dificuldades de comunicação e conflitos com normas legais, frustraram sua aplicação.. O primeiro orçamento brasileiro teria, então, sido, aprovado pelo Decreto legislativo de 15/12/1830, que fixava a despesa e orçava a receita das antigas províncias para o exercício de 1831 (de 1/7/1831 a 30/6/1832) (GONTIJO, 2004,p.1)

Fixar a despesa é um mecanismo de programação das despesas do Estado, organizando-as estimativas e convertendo-as em propostas para o orçamento.

A Constituição de 1934 acrescentou a classificação da despesa, dividindo-a em duas, uma fixa e outra variável. Segundo o art. 50, parágrafo 2º, a despesa fixa não podia ser alterada senão em virtude de lei anterior, e a variável deveria obedecer à rigorosa especialização. (SILVA, 1996)

Um exemplo de despesa fixa é despesa com Pessoal e Encargos Sociais - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar. Já de despesa variável temos como exemplo despesa com Pessoal e Encargos Sociais – Diárias – Militar.

A constituição de 1937 tratou da sistematização da classificação da despesa, determinando que a mesma fosse discriminada por itens para cada serviço, departamento, estabelecimento ou repartição facultando a necessária flexibilidade na fase da execução.

No que se refere à Constituição de 1946 bem como as Leis complementares posteriores, como a lei nº 4320/64, tivemos grandes avanços no sentido da padronização dos orçamentos e balanços da União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, coroado com as normas estabelecidas pela constituição de 1988, no que se refere ao planejamento de médio e longo prazo ao controle do setor público pelo Poder Legislativo.

Em 1937 Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, determinou que o Congresso Nacional fosse fechado e os partidos políticos extintos a fim de impedir um provável plano comunista de tomada do poder. Ele outorgou uma nova constituição, que lhe dada o controle total do poder executivo e lhe permitia nomear interventores nos estados, aos quais Getúlio deu ampla autonomia na tomada de decisões.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, Getúlio Vargas manteve um posicionamento neutro até 1941.

Getúlio Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, por um movimento militar liderado por generais que compunham seu próprio ministério, e renunciou formalmente ao cargo de presidente. (DICIONÁRIO WIKIPÉDIA)

A Constituição de 24 de janeiro de 1967 apresentou de forma relevante o orçamento. A novidade foi a retirada de prerrogativas do Legislativo com relação à criação de emendas ao projeto de Lei Orçamentária. Assim diziam os artigos 66 e 67 da Carta Magna:

Art 66 - o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total das receitas estimadas para o mesmo período.

Art 67 - É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

A Constituição Brasileira de 1967 foi organizada pelo Congresso Nacional, atribuída função de poder constituinte originário (“ilimitado e soberano”. O Congresso Nacional elaborou, sob pressão dos militares, uma Carta Constitucional semi-outorgada que buscou legalizar e institucionalizar o regime militar conseqüente da Revolução de 1964. Buscava aumentar a influência do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo e Judiciário, criando uma hierarquia centralizadora. (DICIONÁRIO WIKIPÉDIA)

Em Outubro de 1988, concebeu, então, sua sétima Constituição. A Seção os orçamentos, é parte do capítulo II – Das finanças públicas e é composta de apenas cinco artigos (do 165 ao 169), que trazem princípios e confirmam normas já tradicionais.

Para Giacomoni (1997, p.52):

As duas principais novidades do texto constitucional na questão orçamentária dizem respeito à devolução ao Legislativo da prerrogativa de propor emendas ao projeto de lei do orçamento, sobre despesa e à explicitação do sentido da universalidade orçamentária, isto é, considerando a multiplicidade de formas organizacionais e jurídicas do setor público, quais as receitas e despesas públicas que devem integrar o orçamento público e merecer, portanto, a aprovação legislativa.

A Constituição Federal de 1988 também exige que anualmente o Poder Executivo encaminhe ao poder legislativo projeto de lei das diretrizes orçamentárias para que oriente a lei orçamentária anual, dispor sobre a política de fomento a ser observada pelas agências oficiais.

2.3.1 Orçamento Tradicional

Antes da chegada da Lei 4320/64 o orçamento utilizado pelo Governo Federal era o Orçamento Tradicional.

“O Orçamento Público é caracterizado por possuir uma multiplicidade de aspectos: político, jurídico, contábil, econômico, financeiro, administrativo, ect.” (GIACOMONI, 1997, p. 59). Quando o autor menciona essa multiplicidade quer apresentar as áreas que podem afetar o orçamento. O aspecto político: é influenciado pelo plano de governo dos detentores do poder em determinado período, por exemplo; aspecto jurídico: já que o orçamento é uma Lei; aspecto contábil: pois envolve a previsão de arrecadação e de gastos do ente público (registro contábil).

Não é possível falar em orçamento sem considerá-lo como “instrumento disciplinador das finanças públicas”(GIACOMONI,1997, p.59), mas seu principal papel era o de tornar possível aos órgãos de representação um controle político sobre os Executivos.

A questão mais importante era definir se “o orçamento deveria ser considerado lei ou apenas um ato administrativo?” (GIACOMONI, 1997, p.59). Neste tipo de orçamento não havia preocupação com a realização dos programas de trabalho do governo, preocupando-se apenas com as necessidades dos órgãos públicos para a realização das suas tarefas, sem se questionar sobre os objetivos e metas.

O orçamento tradicional ou “clássico se caracteriza por ser um documento de previsão da receita e de autorização de despesas, estas classificadas segundo o objeto de gasto e distribuídas pelos diversos órgãos, para o período de um ano”. (RIBEIRO, 2003, p. 3)

Não se destacava, em sua origem, o atendimento das necessidades da coletividade e da Administração; também não se sobressaem os objetivos econômicos e sociais.

RIBEIRO (2003), considera que a maior deficiência do orçamento tradicional consistia no fato de que ele não privilegiava um programa de trabalho e um conjunto de objetivos a atingir. Desta forma um órgão qualquer que fosse, utilizaria uma dotação de despesas com pagamento de pessoal para a compra de qualquer que seja a despesa, material de consumo e material permanente, por exemplo, para o exercício financeiro.

Os órgãos que constavam no orçamento não eram baseados no que se pretendia realizar, pelo contrário, eram registrados de acordo com a movimentação de anos anteriores.

2.3.2 Orçamento Programa

O conceito básico desse sistema foi extraído da observação federal americana obtida com a aplicação do Orçamento de Desempenho (*performance budget*), sistema pioneiramente experimentado durante a Segunda Guerra Mundial e recomendado pela primeira (1949) e pela Segunda Comissão Hoover (1955) para adoção por todo o serviço público.

A ONU conceituava Orçamento-programa em 1959 como um sistema em que se presta particular atenção às coisas que um governo realiza mais do que às coisas que adquire. As coisas que um governo adquire, tais como serviços, pessoais, provisões, equipamentos, meios de transporte etc. não são, naturalmente, senão meio que emprega para o cumprimento de suas funções. (GIACOMONI, 1997, p. 142)

Pode ser definido também como, “um plano de trabalho expresso por um conjunto de ações a realizar e pela identificação dos recursos necessários à sua execução” (RIBEIRO, 2003, p. 3).

A adoção do orçamento-programa no âmbito federal foi efetivada em 1964, a partir da edição da Lei 4.320. No Decreto Lei 200/67 é mencionado no art.16 “em cada ano será elaborado um orçamento-programa que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizado no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual”

Esse orçamento está ligado intimamente ao sistema de planejamento e aos objetivos que o Governo pretende alcançar, durante um período de tempo.

Segundo SILVA (1996) o planejamento pode ser estratégico e/ou operacional. O planejamento estratégico engloba o plano plurianual. Já o planejamento operacional abrange a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.

Estratégia é todo o empenho para definir de que maneira os recursos deverão ser alocados para atingir-se um objetivo. Já operação é o tipo de procedimento que se realiza obedecendo-se uma regra para o cumprimento de estratégias pré estabelecidas.

Silva (1996) considera que:

O orçamento-programa deve ser entendido como uma etapa de planejamento que compreende os aspectos seguintes:

- Instrumento de ação administrativa para execução dos planos de longo, médio e curto e prazos;
- Previsão das receitas e fixação das despesas com o objetivo de atender às necessidades coletivas definidas no Programa de ação do Governo;
- Instrumento de aferição e controle da autoridade e da responsabilidade dos órgãos e agentes da administração orçamentária e financeira, permitindo, outrossim, avaliar a execução dos programas de trabalho do Governo.

Observa-se, que o orçamento-programa não somente é um documento financeiro como também, e principalmente, é um meio de operacionalização das ações do governo, realizando seus projetos/atividades/operações especiais de acordo com os planos e diretrizes estabelecidos.

A seguir será apresentado um quadro em que Giacomoni faz uma comparação entre as diferenças do Orçamento Tradicional e o orçamento-Programa.

Orçamento Tradicional	Orçamento-Programa
1. O processo orçamentário é dissociado dos processos de planejamento e programação.	1. O orçamento e o elo de ligação entre o planejamento entre as funções executivas da organização.
2. A alocação de recursos visa à aquisição de meios.	2. A alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas.
3. As decisões orçamentárias são tomadas tendo em vista as necessidades das unidades organizacionais.	3. As decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis.
4. Na elaboração do orçamento são consideradas as necessidades financeiras das unidades organizacionais.	4. Na elaboração do orçamento são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício.
5. A estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis da gestão.	5. A estrutura do orçamento está voltada para os aspectos administrativos e de planejamento.
6. Principais critérios classificatórios: unidades administrativas e elementos.	6. Principal critério de classificação: funcional-programático.
7. Inexistem sistemas de acompanhamento e medição do trabalho, assim como dos resultados.	7. Utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados.
8. O controle visa avaliar a honestidade dos agentes governamentais e a legalidade no cumprimento do orçamento.	8. O controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.

Tabela 1: Principais diferenças entre o orçamento tradicional e o orçamento-programa

Fonte: Elaborada com base em GIACOMONI (1997, p.147)

2.41 Regionalização Orçamentária e Orçamento Público

Quando o orçamento é observado como um instrumento que disciplina as finanças públicas deve-se entendê-lo como um organizador, uma fonte de equilíbrio entre as entradas e as saídas dos recursos públicos. As entradas de recursos ou receitas são em sua grande maioria oriundas dos tributos pagos pela sociedade (pessoas físicas ou jurídicas) ao governo (União, Estados, Municípios e o Distrito Federal). As saídas de recursos ou despesas são o conjunto de gastos do estado ou de outra pessoa de direito público (autarquias), para o funcionamento dos serviços públicos.

Segundo Monteiro Filho (1994, p. 141),

Orçamento. Em termos gerais, o orçamento é um ato pelo qual se prevê a arrecadação de receitas e se autoriza a aplicação desse produto em despesas discriminadas, durante certo período. Tradicionalmente provém do Poder Legislativo que autoriza o governo, especialmente o poder executivo, a despender recursos para a manutenção dos serviços públicos e atendimento a fins colimitados pela política nacional.

Este conceito traduz o orçamento como um simples registro do que se pretende receber e em contrapartida estará o que é permitido fazer com esse dinheiro (gasto), como se

não existisse uma finalidade. A receita e a despesa são determinadas para que se atenda às necessidades coletivas.

Marshall (apud Fedozzi 1997, p. 34),

descreveu o elemento político da cidadania como o direito do indivíduo de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. É a participação nos organismos públicos, através do direito de votar e ser votado, sendo o parlamento e os conselhos do Governo local as instituições correspondentes ao exercício desses direitos. Os direitos políticos são direitos individuais exercidos coletivamente e estão relacionados com o aparecimento dos partidos políticos e sindicatos, através do associativismo de várias pessoas que resolvam utilizar os seus direitos para causas comuns.

Porém a principal função do orçamento é permitir que o Poder Legislativo (representantes escolhidos pelo povo), a população civil organizada (associações, sindicatos, ONGs) e o povo de maneira geral exerçam o controle político sobre o Poder executivo.

Desse modo, torna-se necessária a participação da população na elaboração do orçamento, seja gestão de uma Prefeitura Municipal, do Governo Estadual ou do Governo Federal.

A literatura sobre participação popular destaca a existência de vários graus de partilha do poder que possa ir além dos mecanismos tradicionais ou clássicos da democracia representativa. Dessa maneira cabe ressaltar o fato de que o processo de participação popular na definição do orçamento público representa um tipo de participação *ampliada ou neocorporativista*, conforme a conceituação de Azevedo & Prates.

O Corporativismo é um sistema político onde o poder legislativo é atribuído a cooperações (operar simultaneamente) representativas dos interesses econômicos, que propõe eliminar as lutas entre classes por meio de acordos entre elas.

Fedozzi (2001, p. 164) considera “A participação *ampliada ou neocorporativa* refere-se à capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, as definições das *macroprioridades*, das diretrizes e da formulação, reestruturação ou implementação de programas e políticas públicas”.

A estrutura do Orçamento Participativo é formada basicamente por três tipos de instâncias que realizam o processo de mediação entre o Executivo (municipal, estadual ou federal) e os moradores daquelas regiões: unidades administrativas e órgãos internos ao Executivo.

Os órgãos são voltados especialmente para o gerenciamento e o processamento técnico-político da discussão orçamentária com os moradores; instâncias comunitárias, autônomas em relação à administração municipal.

A representatividade popular é formada, principalmente por organizações de base regional, que articulam a participação dos moradores e a escolha das prioridades das regiões da cidade.

Além disso, há o envolvimento de instâncias institucionais permanentes de participação comunitária, Assembleias Regionais, Fórum regional do Orçamento, Plenárias Temáticas, Fórum temático do Orçamento. (FEDOZZI, 2001)

Deste modo viabiliza-se que segmentos da sociedade civil organizada participem em conjunto com o poder público, na discussão e elaboração das políticas públicas, colocando em exercício sua autoridade política.

3. A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos no estudo. Apresenta o histórico do orçamento participativo no Estado de Santa Catarina, a metodologia utilizada nessa experiência e o desenvolvimento de suas etapas e a análise dos dados obtidos junto à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina das audiências públicas regionais, ano 2003, e a efetiva inserção no PPA 2004-2007 e LOA 2004.

No título IV Da organização de poderes no capítulo das Comissões –V da Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989 está estabelecido o seguinte:

Art. 47 — A Assembléia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as competências previstas no regimento interno ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º — Na constituição da Mesa e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

§ 2º — Às comissões, constituídas em razão da matéria de sua competência, cabe:
I - discutir, emendar e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de dois décimos dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - realizar audiência pública em regiões do Estado para subsidiar o processo legislativo, observada a disponibilidade orçamentária. (CE/89)

A redação do inciso III deste artigo foi acrescida no dia 23 de dezembro de 1996 através da emenda constitucional nº 11/97.

O artigo 47 da constituição estadual normatiza as Comissões serão formadas. No parágrafo 2º a Constituição Estadual trata da competência das comissões, entre elas a de realizar audiências públicas regionais com as entidades da sociedade civil.

Sendo que o artigo 120 da Constituição Estadual determina:

Art. 120— O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, estruturados em Programas Governamentais, serão estabelecidos em leis de iniciativa do Poder Executivo, precedidas da realização do Congresso Estadual do Planejamento Participativo, de acordo com o disposto em Lei Complementar.

§1º-...

§2º-...

§3º-...

§4º-...

§ 5º - Para emendas ao projeto de lei orçamentária anual a Assembléia Legislativa, por intermédio de comissão específica, sistematizará e priorizará em audiência pública regional prevista no inciso III do § 2º do art. 47 desta Constituição, as propostas resultantes de audiências públicas municipais e efetivadas pelos Poderes

públicos locais entre os dias 1º de abril a 30 de junho de cada ano, nos termos de regulamentação.

§ 5º-A- O Congresso Estadual do Planejamento Participativo visa congrega os cidadãos e cidadãs para definição das diretrizes gerais e específicas do desenvolvimento Estadual das regiões e municípios catarinenses.

§ 6º— O Tribunal de Contas do Estado participa da audiência pública regional a que se refere o parágrafo anterior.

§ 7º— Os Poderes Executivo e Judiciário do Estado promoverão, nos Municípios designados e nas datas marcadas para a realização das audiências públicas regionais pela Assembleia Legislativa audiência pública a fim de prestar informações e colher subsídios para as ações pertinentes a seus respectivos âmbitos de competências.

Com o artigo 120 da Constituição Estadual trata dos mecanismos de planejamento da administração pública. Este artigo trata-se de um complemento ao artigo 47, já que no parágrafo 4º menciona como se dará a inclusão das propostas discutidas nas audiências regionais.

A Lei Complementar 157 de 1997 aborda os principais aspectos que norteiam as audiências públicas regionais

O art.2º diz que, o objetivo dessas audiências públicas regionais é verificar quais são as necessidades que a sociedade civil e o poder público registram, para que sejam discutidas, sistematizadas e serão estabelecidas as propostas de investimento prioritárias para incluí-las nos projetos de Lei do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.

A Lei Complementar 157/97 em seu artigo primeiro trata das Regiões Oficiais, que a Constituição Estadual faz referência no artigo 120 e parágrafos, nas durante este trabalho serão chamadas de regionais.

Foram desenvolvidos órgãos executores para que Orçamento estadual Regionalizado fosse implementado.

A Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado tem como uma das principais atribuições, dentro do que preceitua a Lei Complementar nº 157/97, a obrigação de elaborar, aprovar e divulgar o cronograma das audiências públicas regionais.

O artigo 20 da Lei Complementar 157/97 discorre a respeito da competência do Conselho Estadual do Orçamento Regionalizado. É de competência do mesmo a elaboração do Relatório Final das propostas que foram aprovadas nas audiências públicas regionais e encaminhá-las à Gerência de Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, para inclusão, se couber, na proposta do orçamento.

Por fim, à Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado cabe assessorar a Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, e o Conselho Estadual do Orçamento Regionalizado, desenvolvendo métodos para a realização das Audiências Públicas

Regionais, Método Zopp (utilizado nas Audiências de 2003 – PPA 2004/2007- LOA2004) e auxiliando no desenvolvimento das atividades.

A metodologia de trabalho do Orçamento Estadual Regionalizado consiste inicialmente utilização do Método Zoop para coleta de dados para que seja identificado o problema central, causas e seus efeitos.

O Método Zoop significa “ Planejamento de Projetos Orientado por Projetos” e foi desenvolvida por um governo alemão. As audiências foram realizadas em várias etapas.

Primeiro as audiências públicas regionais se amparam na Constituição, artigos 47 e 120 da CE SC /89 e LC 157/97, para fornecer benefícios a elaboração da PPA 2004-2007 e LOA 2004. Mais tarde estabeleceu-se um cronograma, a Comissão de Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina elaborou e aprovou o cronograma para a realização de 29 audiências públicas regionais, uma em cada Secretaria Regional de Desenvolvimento, na época, sabe-se hoje são 36 (trinta e seis) na estrutura oficial.

O próximo passo foi a divulgação dessas audiências regionais, através de convites, fax, telefone, visitas às prefeituras câmaras, divulgação na mídia, para que os 293 (duzentos e noventa e três) municípios do Estado de Santa Catarina. A divulgação envolveu, também, o Poder Executivo, Ministério Público, Tribunal de Contas, Prefeituras e Poder Legislativo de Santa Catarina para que soubessem da realização desta audiência.

Na metodologia há uma outra etapa na qual era a realização da audiência pública regional que obedecia um pauta com deliberações pré-determinadas onde cada membro da mesa se pronunciava e posteriormente se apresentava os procedimentos do processo.

A seguir os participantes auxiliados por técnicos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, baseados no Método Zoop elaboravam as árvores de problemas.

Essas árvores de problemas serviriam de base para a definição e aprovação das prioridades que seriam a próxima etapa do mecanismo. Os problemas da árvore eram levados a votação e aprovação pelo público presente, após esse momento emitia-se um relatório de prioridades aprovadas para serem inseridas no PPA 2004-2007.

A etapa seguinte contempla a aprovação do relatório na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Este relatório é anexado ao Projeto de Lei PPA2004-2007 e LOA 2004 para ser submetido a avaliação da Comissão de Finanças e Tributação, que depois de aprová-lo o encaminha ao Plenário da ALESC para deliberação. Se aprovado deve encaminhá-lo ao chefe do Poder Executivo.

A última etapa, porém não menos importante, é a inserção no PPA 2004-2007 e LOA 2004. O Chefe do Poder Executivo Estadual depois de possuir em suas mãos as prioridades

definidas nas regionais que foram já no plenário pelo Poder Legislativo poderá aprová-las e determinar que façam parte do PPA 2004-2007 e LOA 2004. Se isso ocorrer há a publicação em Diário oficial do estado de Santa Catarina.

Perto de completar seis anos da edição da lei complementar 157/97, que regulamentou o Orçamento regionalizado no Estado de Santa Catarina, a Assembléia Legislativa e o Governo do Estado realizaram Audiências Públicas nas cidades sedes das vinte e no Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Para cumprir o roteiro e o cronograma aprovados foi necessário o esforço de duas equipes técnicas de servidores e Poderes, que durante três semanas consecutivas, percorreram o território catarinense do extremo norte ao sul, do oeste ao litoral, iniciando suas atividades no dia 20 (vinte) de julho de 2003 (dois mil e três) e concluindo no dia 8(oito de agosto de 2003 (dois mil e três).

Com o objetivo de mobilizar novamente as entidades e cidadãos provocando-os a participar do processo de planejamento governamental no momento de sua elaboração – PPA 2004/2007, a ALESC em conjunto com governo estadual buscavam naquele momento renovar com a sociedade o compromisso da transparência e democratização dos Orçamentos Públicos.

A **Secretaria Regional I**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional São Miguel D'Oeste é integrada por 18 (dezoito) municípios, a saber: São Miguel D'Oeste, Itapiranga, São João do Oeste, Iporã do Oeste, Tunápolis, Santa Helena, Descanso, Belmonte, Bandeirante, Paraíso, Guaraciaba, São José do Cedro, Palma Sola, Princesa, Guarujá do Sul, Barra Bonita, Dionísio Cerqueira e Anchieta.

A regional de São Miguel D'Oeste segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 150.718 habitantes (cento e cinquenta mil setecentos e dezoito) destes 57 (cinquenta e sete) compareceram no dia 27 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,038% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 114.333 (cento e quatorze mil trezentos e trinta e três) eleitores o que representa 76% da população residente na regional. Dos 57 participantes 17 (dezesete) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, ou seja, apenas 40 (quarenta) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 33 (trinta e três prioridades) distribuídas nas funções e subfunções do governo descritas no anexo da portaria nº42 de 14 de abril de 1999, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	4
Organização do Lazer	8
Saúde	6
Segurança Pública	3
Total	33

Tabela3: Prioridades Regional I

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **INFRA-ESTRURURA:** Acesso asfáltico aos municípios de barra Bonita, Tunápolis.
- **SAÚDE:** Melhoria do serviço de saúde pública instalado na região.
- **ORGANIZAÇÃO E LAZER:** Implantação de calendário para lazer na região.

O Quadro I foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de São Miguel D'Oeste. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional II**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Maravilha é integrada por 12 (doze) municípios, a saber: Maravilha, Saudades, Modelo, Flor do Sertão, São Miguel da Boa Vista, Bom Jesus do oeste, Tigrinhos, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, Iraceminha, Saltinho Iracema e Pinhalzinho.

A regional de Maravilha segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 69.416 habitantes (sessenta e quatro mil quatrocentos e dezesseis) destes 80 (oitenta) compareceram no dia 23 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,12% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 54.872 (cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta e dois) eleitores o que representa 79% da população residente na regional. Dos 80 participantes 18 (dezoito) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 62 (sessenta e dois) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 24 (vinte e quatro) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	3
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	6
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	24

Tabela 4: Prioridades Regional II

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **INFRA-ESTRUTURA:** Acesso asfáltico aos municípios de Santa Terezinha do progresso – Santinho – Tigrinhos – Bom Jesus do oeste – São Miguel da Boa Vista – Modelo – Sul Brasil – Romelândia – Anchieta.
- **SAÚDE:** Implementação e efetivação da PPI (Programação Pactuada e Integrada).
- **DESENVOLVIMENTO SOCIAL URBANO E MEIO AMBIENTE:** Programa de geração de emprego e renda.

Segundo site Estados Comparados, “O crescimento contínuo do PIB per capita é uma indicador de elevação do padrão de vida da população e é, normalmente, responsável pela criação de novas e melhores oportunidades de trabalho”. A partir do que o site apresenta pode-se concluir que a diminuição do PIB per capita ou seu valor considerado baixo pode ser um indicador de redução do padrão de vida da população.

A média do PIB per capita da regional Maravilha foi de 5528,32 R\$/Hab, o que significou o índice do PIB municipal per capita de 0,59, ou seja, Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita considerado Baixo.

O Quadro II foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Maravilha. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional III**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional São Lourenço do Oeste é integrada por 13 (treze) municípios, a saber: São Lourenço do Oeste, Quilombo, União do Oeste, Jardinópolis, Irati, Formosa do Sul, Santiago do Sul, Coronel Martins, Novo Horizonte, Galvão, Jupiá, São Bernardino, Campo Erê.

A regional de São Lourenço do Oeste segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 67.750 habitantes (sessenta e sete mil setecentos e cinqüenta) destes 77 (setenta e sete) compareceram no dia 25 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,11% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 50.656 (cinqüenta mil seiscentos e cinqüenta e seis) eleitores o que representa 75,% da população residente na regional. Dos 77 participantes 19 (dezenove) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 58 (cinqüenta e oito) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 33 (trinta e três) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	12
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	6
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	33

Tabela 5: Prioridades Regional III

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **INFRA-ESTRUTURA:** Sistema viário precário.
- **EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO:** Criação de uma universidade pública.
- **SAÚDE:** Estruturar a rede do SUS com equipamentos e profissionais especializados e serviços, aproveitando as estruturas hospitalares existentes e distribuindo as especialidades de média e alta complexidade.

O Quadro III foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de São Lourenço do Oeste. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional IV**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Chapecó é integrada por 11 (onze) municípios, a saber: Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Sul Brasil, Serra Alta, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Planato Alegre, Caxambu do Sul e Guatambí.

A regional de Chapecó segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 189.541 habitantes (cento e oitenta e nove mil quinhentos e quarenta e um) destes 136 (cento e trinta e seis) compareceram no dia 24 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,07% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 141.441 (cento e quarenta e um mil quatrocentos e quarenta e um) eleitores o que representa 75% da população residente na regional. Dos 136 participantes 21 (vinte e um) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 115 (cento e quinze) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 24 (vinte e quatro) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	24

Tabela 6: Prioridades Regional IV

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 4 (quatro) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO:** Valorização do profissionalismo da educação; Garantir uma educação de qualidade; Criação de universidade pública e escola técnica federal.
- **SAÚDE:** Construção de uma policlínica de referência regional.

O Quadro IV foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Chapecó. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional V**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Xanxerê é integrada por 14 (quatorze) municípios, a saber: Xanxerê, Ponte Serrada, Passos de Maia, Vargeão, Faxinal dos Guedes, Ouro Verde, Abeardo Luz, Bom Jesus, Ipuacu, São Domingos, Entre Rios, Marema, Lageado Grande e Xaxim.

A regional de Xanxerê segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 133.372 habitantes (cento e trinta e três mil trezentos e setenta e dois) destes 89 (oitenta e nove) compareceram no dia 28 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,06% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 99.384 (noventa e nove mil trezentos e oitenta e quatro) eleitores o que representa 74% da

população residente na regional. Dos 89 participantes 7 (sete) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 82 (oitenta e dois) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 233 (vinte e três) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	3
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	5
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	23

Tabela 7: Prioridades Regional V

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- DE SEGURANÇA PÚBLICA: Aumento do efetivo – Polícia Militar, civil e Corpo de bombeiros; Construção de presídio feminino regional e ampliação do atual corpo de bombeiros unidades São Domingos e Abelardo Luz.
- DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL: Adequar a legislação para agroindústria familiar.

O Quadro V foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Xanxerê. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional VI**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Concórdia é integrada por 16 (dezesseis) municípios, a saber: Concórdia, Piratuba, Ipira, Alto Bela Vista, Peritiba, Presidente Castelo Branco, Irani, Lindóia do Sul, Ipumirim, Arabutã, Itá, Paial, Xavantina, Arvoredo, Seara, Jaborá.

A regional de Concórdia e segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 141.145 habitantes (cento e quarenta e um mil cento e quarenta e cinco) destes 147 (cento

e quarenta e sete) compareceram no dia 1 de agosto de 2003 a audiência, o que representou 0,10% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 109.982 (cento e nove mil novecentos e oitenta dois) eleitores o que representa 78% da população residente na regional. Dos 147 participantes 21 (vinte e um) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 126 (cento e vinte e seis) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 21 (vinte e um), conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	1
Organização do Lazer	2
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	21

Tabela 8: Prioridades Regional VI

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- INFRA-ESTRUTURA: Acesso asfáltico acesso norte.
- EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO: Ensino público superior gratuito.
- AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL: Implantar programa de crédito rural de fácil acesso e baixo custo.

O Quadro VI foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Concórdia. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional VII**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Joaçaba é integrada por 12 (doze) municípios, a

saber: Joaçaba, Água Doce, Vargem Bonita, Catanduvas, Treze Tílias, Luzerna, Ibicaré, Herval D'Oeste, Lacerdópolis, Ouro, Capinzal, e Erval Velho.

A regional de Joaçaba segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 12.130 habitantes (doze mil cento e trinta) destes 90 (noventa) compareceram no dia 29 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,08% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 86.058 (oitenta e seis mil e cinquenta e oito) eleitores o que representa 77% da população residente na regional. Dos 90 participantes 19 (dezenove) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 71 eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 18 (dezoito) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	3
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	0
Total	18

Tabela 9: Prioridades Regional VII

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- SAÚDE: Regionalização do hospital universitário com efetivação dos servidores para o SUS; Policlínica estadual de referência regional para especialidades.
- EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO: Recursos financeiros insuficientes para remuneração dos professores, transporte escolar e formação continuada dos docentes.

O Quadro VII foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Joaçaba. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional VIII**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Campos Novos é integrada por 8 (oito) municípios, a saber: Campos Novos, Abdon Batista, Vargem, Celso Ramos, Ibiam, Zortéa, Monte Carlo e Brunópolis.

A regional de Campos Novos segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 53.999 habitantes (cinquenta e três mil novecentos e noventa e nove) destes 56 (cinquenta e seis) compareceram no dia 30 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,10% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 43.199 (quarenta e três mil cento e noventa e nove) eleitores o que representa 80% da população residente na regional. Dos 56 participantes 15 (quinze) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 41 (quarenta e um) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 24 (vinte e quatro) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	24

Tabela 10: Prioridades Regional VIII

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- INFRA-ESTRUTURA: Acesso asfáltico aos municípios.
- SAÚDE: Equipar o hospital Dr José Athcorásio para que se torne preferência regional.
- AGRICULTURA: Apoio à cultura familiar.

O Quadro VIII foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Campos Novos. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional IX**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Videira é integrada por 7 (sete) municípios, a saber: Videira, Fraiburgo, Salto Veloso, Arroio Trinta, Iomerê, Pinheiro Preto e Tangará.

A regional de Videira segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 95.704 habitantes (noventa e cinco mil setecentos e quatro) destes 130 (cento e trinta) compareceram no dia 31 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,14% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 73.023 (setenta e três mil e vinte e três) eleitores o que representa 76% da população residente

na regional. Dos 130 participantes 6 (seis) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 124 (cento e vinte e quatro) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 21 (vinte e uma) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	3
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	21

Tabela 11: Prioridades Regional IX

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **INFRA-ESTRUTURA:** Pavimentação asfáltica Salto Veloso-Herciópolis e Pinheiro Preto-Ionerê-Treze Tílias.
- **SEGURANÇA PÚBLICA:** Melhoria no sistema de segurança pública regional, com a construção do presídio regional centro de internamento provisório e a conclusão das obras do quartel PM de Videira.
- **EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO:** Construção de novas unidades e ampliação do espaço físico (escolas, ginásios, etc.).

O Quadro IX foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Videira. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional X**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Caçador é integrada por 6 (seis) municípios, a saber: Caçador, Rio das Antas, Macieira, Calmon, Libon Régis e Timbó Grande.

A regional de Caçador segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 92.836 habitantes (noventa e dois mil oitocentos e trinta e seis) destes 75 (setenta e cinco)

compareceram no dia 4 de agosto de 2003 a audiência, o que representou 0,08% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 70.034 (setenta mil e trinta e quatro) eleitores o que representa 75% da população residente na regional. Dos 75 participantes 6 (seis) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 69 eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 20 (vinte) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	4
Educação e Inovação	1
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	20

Tabela 12: Prioridades Regional X

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 5 (cinco) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE:** Construção de habitação nas áreas rural e urbana da região.
- **INFRA-ESTRUTURA:** Implementação de saneamento básico na região; Pavimentação asfáltica nos municípios.
- **EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO:** Ampliar o atendimento ao ensino médio e profissionalizante urbano e rural na região.
- **ORGANIZAÇÃO DO LAZER:** Centro cultural regional.

O Quadro X foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Caçador. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XI**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Curitibanos é integrada por 6 (seis) municípios, a saber: Curitibanos, Ponte Celta, São Cristóvão do Sul, Ponte Celta do Norte, Frei Rogério e Santa Cecília.

A regional de Curitibanos segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 66.797 habitantes (sessenta e seis mil setecentos e noventa e sete) destes 72 (setenta dois) compareceram no dia 5 de agosto de 2003 a audiência, o que representou 0,11% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 51.723 (cinquenta e um mil setecentos e vinte e três) eleitores o que representa 77% da população residente na regional. Dos 72 participantes 7 (sete) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 65 eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 24 (vinte e quatro) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	24

Tabela 13: Prioridades Regional XI

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **EDUCAÇÃO E INIVAÇÃO:** Criação e manutenção de uma escola técnica profissionalizante, multi-técnica.
- **INFRA-ESTRUTURA:** Terraplanagem e pavimentação asfáltica nas estradas estaduais.
- **AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL:** Implementação de um centro regional de armazenamento e comercialização de produtos da região.
- **SAÚDE:** Recursos para equipamentos e ampliação de hospitais.

O Quadro XI foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Curitibanos. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XII**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Rio do Sul é integrada por 12 (doze) municípios, a saber: Rio do Sul, Agronômica, Trombudo Central, Braço do Trombudo, Laurentino, Pouso Redondo, Rio do Oeste, Taió, Mirim Doce, Salete, Rio do Campo, e Santa Terezinha.

A regional de Rio do Sul segundo o censo do IBGE 2000 apresentou uma população de 130.333 habitantes (cento e trinta mil trezentos e trinta e três) habitantes destes 71 (setenta e um) compareceram no dia 23 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,05% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 103.131 (cento e três mil cento e trinta e um) eleitores o que representa 79% da população residente na regional. Dos 71 participantes 14 (quatorze) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 57 eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 25 (vinte e cinco) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	3
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	4
Organização do Lazer	6
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	25

Tabela 14: Prioridades Regional XII

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- SAÚDE: Aquisição de aparelhos para exames de alta complexidade na região.
- ORGANIZAÇÃO DO LAZER: Programa de integração do Vale Oeste.
- INFRA-ESTRUTURA: Ligação asfáltica Via Taió a BR-116.

O Quadro XII foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Rio do Sul. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XIII**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Ituporanga é integrada por 10 (dez) municípios, a saber: Ituporanga, Alfredo Wagner, Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuía, Petrolândia, Leoberto Leal, Vidal Ramos, Aurora e Agrolândia.

A regional de Ituporanga segundo o censo do IBGE 2000 apresentou uma população de 69.228 habitantes (sessenta e nove duzentos e vinte e oito) habitantes destes 192 (cento e noventa e dois) compareceram no dia 24 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,28% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 55.027 (cinquenta e cinco mil e vinte e sete) eleitores o que representa 79% da população

residente na regional. Dos 192 participantes 23 (vinte e três) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 169 eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 27 (vinte e sete) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	3
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	6
Organização do Lazer	6
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	27

Tabela 15: Prioridades Regional XIII

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- SAÚDE: Estruturação do Hospital Bom Jesus, com implantação de uma UTI.
- INFRA-ESTRUTURA: Pavimentação asfáltica Imbuía à Leoberto Leal- Atalanta à Ituporanga – Chapadão do lageado à SC 302.
- EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO: Acesso gratuito ao ensino superior (aumento de bolsas de estudo)

O Quadro XIII foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Ituporanga. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XIV**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Ibirama é integrada por 10 (dez) municípios, a saber: Ibirama, Vitor Meirelles, José Boiteux, Witmarsun, Dona Emma, Presidente Getúlio, Lontras, Aliúna, Ascurra e Presidente Nereu.

A regional de Ibirama segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 70.899 habitantes (setenta mil oitocentos e noventa e nove) destes 84 (oitenta e quatro)

compareceram no dia 22 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,12% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 55.728 (cinquenta e cinco mil setecentos e vinte e oito) eleitores o que representa 78% da população residente na regional. Dos 84 participantes 12 (doze) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 72 (setenta dois) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 29 (vinte e nove) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	4
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	9
Educação e Inovação	4
Infra- Estrutura	6
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	0
Total	29

Tabela 16: Prioridades Regional XIV

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **INFRA-ESTRUTURA:** Melhorar a conservação das rodovias federais, estaduais e municipais.
- **DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE:** Implantar diretrizes operacionais para questões indígenas.
- **SAÚDE:** Consultas e exames especializados.

O Quadro XIV foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Ibirama. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XV**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Blumenau é integrada por 9 (nove) municípios, a saber: Blumenau, Gaspar, Indaial, Timbó, Rodeio, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros e Pomerode.

A regional de Blumenau segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 430.932 habitantes (quatrocentos e trinta mil novecentos e trinta e dois) destes 210 (duzentos e dez) compareceram no dia 5 de agosto de 2003 a audiência, o que representou 0,05% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 337.919 (trezentos e trinta e sete mil novecentos e dezenove) eleitores o que representa 75,86% da população residente na regional. Dos 210 participantes 22 (vinte dois) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 188 (cento e oitenta e oito) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 34 (trinta e quatro) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	4
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	12
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	6
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	34

Tabela 17 Prioridades Regional XV

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- SAÚDE: Construção de hospital regional público com policlínica e centro de imagem; Aplicação de recursos estaduais da saúde.
- SEGURANÇA PÚBLICA: Aumento de efetivo – policiais civis/militares e bombeiros.

O Quadro XV foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Blumenau. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano

e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XVI**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Brusque é integrada por 8 (oito) municípios, a saber: Brusque, Tijucas, Canelinha, São João Batista, Major Gercino, Nova Trento, botuverá e Guabiruba.

A regional de Brusque segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 153.005 habitantes (cento e cinquenta e três mil e cinco) destes 89 (oitenta e nove) compareceram no dia 25 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,06% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 129.576 (cento e vinte e nove mil quinhentos e setenta e seis) eleitores o que representa 85% da população residente na regional. Dos 89 participantes 14 (quatorze) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 75 (setenta e cinco) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 30 (trinta) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	6
Organização do Lazer	6
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	30

Tabela 18: Prioridades Regional XVI

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- SAÚDE: Melhorar a estrutura da atenção básica, média e alta complexidade.
- INFRA-ESTRUTURA: Pavimentação da malha viária intermunicipal.
- ORGANIZAÇÃO DO LAZER: Suporte e investimento público e privado.

O Quadro XVI foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Brusque. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XVII**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Itajaí é integrada por 11 (onze) municípios, a saber: Itajaí, Bombinhas, Porto Belo, Itapema, Camboriú, Balneário Camboriú, Navegantes, Penha, Piçarras, Luiz Alves e Ilhota.

A regional de Itajaí segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 393.678 habitantes (trezentos e noventa e três mil seiscentos e setenta e oito) destes 104 (cento e quatro) compareceram no dia 4 de agosto de 2003 a audiência, o que representou 0,03% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 325.452 (trezentos e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois) eleitores o que

representa 83% da população residente na regional. Dos 104 participantes 10 (dez) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 94 (noventa quatro) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 25 (vinte e cinco) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	10
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	0
Total	25

Tabela 19: Prioridades Regional XVII

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **INFRA-ESTRUTURA:** Saneamento básico; Infra-estrutura portuária-ampliação; Infra-estrutur turistas.

O Quadro XVII foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Itajaí. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XVIII**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional São José é integrada por 11 (onze) municípios, a saber: São José, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Biguaçu, Antônio Carlos, Angelina, São Pedro de Alcântara, Rancho Queimado, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, Anitápolis e São Bonifácio.

A regional de São José segundo o censo do IBGE 2000 apresentou uma população de 723.245 habitantes (setecentos e vinte e três duzentos e quarenta e cinco) destes 265 (duzentos

e sessenta e cinco) compareceram no dia 8 de agosto de 2003 a audiência, o que representou 0,03% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 577.340 (quinhentos e setenta e sete mil trezentos e quarenta) eleitores o que representa 80% da população residente na regional. Dos 265 participantes 19 (dezenove) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 146 (cento e quarenta e seis) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 36 (trinta e seis) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	6
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	12
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	36

Tabela 20: Prioridades Regional XVIII

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO:** Criar programas para a distribuição de recursos para educação infantil e ensino médio; Criar política de recursos humanos.
- **INFRA-ESTRUTURA:** Pavimentação SC-433 Praia do Sonho-Pinheira.

O Quadro XVIII foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de São José. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XIX**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Laguna é integrada por 6 (seis) municípios, a saber: Laguna, Imituba, Imaruí, Garopaba, Paulo Lopes e Jaguaruna.

A regional de Laguna segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 130.302 habitantes (cento e trinta trezentos e dois) destes 106 (cento e seis) compareceram no dia 31 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,08% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 102.983 (cento e dois mil novecentos e oitenta e três) eleitores o que representa 79% da população residente na regional. Dos 106 participantes 11 (onze) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 95 (noventa e cinco) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 25 (vinte cinco) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	6
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	4
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	0
Total	25

Tabela 21: Prioridades Regional XIX

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- INFRA-ESTRUTURA: Pavimentação asfáltica Amacho/Farol/Ponta da Barra – acesso à Balsa; Pavimentação asfáltica Paulo Lopes/Garopaba.
- SAÚDE: Construção de hospital referência.

O Quadro XIX foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Laguna. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XX**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Tubarão é integrada por 14 (quatorze) municípios, a saber: Tubarão, Santa Rosa de Lima, Rio Forntuna, São Martinho, Grão Pará, Braço do Norte, Armazém, Orleans, São Ludgero, Gravatal, Capivari de Baixo, Pedras Grandes, Treze de Maio e Sangão.

A regional de Tubarão segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 213.230 habitantes (duzentos e treze mil duzentos e trinta) destes 69 (sessenta e nove) compareceram no dia 30 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,03% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 163.547 (cento e sessenta e três mil quinhentos e quarenta e sete) eleitores o que representa 77% da população residente na regional. Dos 69 participantes 19 (dezenove) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 50 (cinquenta) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 22 (vinte e duas) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	4
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	3
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	22

Tabela 22: Prioridades Regional XX

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- INFRA-ESTRUTURA: Acesso asfáltico aos municípios que ainda não têm.
- SAÚDE: Apoio financeiro aos hospitais da região para reestruturação e ampliação de áreas físicas, aquisição de equipamentos em alta complexidade; estruturação e implementação da atenção básica.

O Quadro XX foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Tubarão. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XXI**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Criciúma é integrada por 10 (dez) municípios, a saber: Criciúma, Içara, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Urussanga, Lauro Muller, Treviso, Siderópolis, Novo Veneza, Forquilha.

A regional de Criciúma segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 324.584 habitantes (trezentos e vinte e quatro mil quinhentos e oitenta e quatro) destes 124 (cento e vinte e quatro) compareceram no dia 29 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,04% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 250.536 (duzentos e cinquenta mil quinhentos e trinta e seis) eleitores o que representa 77% da população residente na regional. Dos 124 participantes 25 (vinte cinco) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 99 (noventa e nove) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 24 (vinte e quatro) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	24

Tabela 23: Prioridades Regional XXI

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **INFRA-ESTRUTURA:** Pavimentação e reestruturação da malha viária da região da AMREC.
- **DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE:** Programas de capacitação, profissionalização, trabalho e renda para família em situação de risco social.
- **SAÚDE:** Hospital público regional com UTI, neonatal e pediátrico, vocacional hospitais da região.

O Quadro XXI foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Criciúma. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XXII**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Araraguá é integrada por 15 (quinze)

municípios, a saber: Araranguá, Passo de Torres, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Timbé do Sul, Turvo, Ermo, Jacinto Machado, Sombrio, Santa Rosa do Sul, Praia Grande e São João do Sul.

A regional de Araranguá segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 160.081 habitantes (cento e sessenta mil e oitenta e um) destes 88 (oitenta e oito) compareceram no dia 28 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,06% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 126.788 (cento e vinte e seis mil setecentos e oitenta e oito) eleitores o que representa 79% da população residente na regional. Dos 88 participantes 25 (vinte e cinco) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 63 eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 31 (trinta e uma) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	11
Organização do Lazer	2
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	31

Tabela 24: Prioridades Regional XXII

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 4 (quatro) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- SAÚDE: Hospitais públicos com qualidade para a região.
- INFRA-ESTRUTURA: Asfaltamento da Avenida XV de Novembro; Infra-estrutura urbana; projeto para construção de estrada na encosta; Asfaltamento no centro do Timbé do Sul.

O Quadro XXII foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Araranguá. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XXIII**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Joinville é integrada por 8 (oito) municípios, a saber: Joinville, Guaruva, Itapoá, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Araquari, Barra Velha e São João do Itaperiú.

A regional de Joinville segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 529.781 habitantes (quinhentos e vinte nove mil setecentos e oitenta e um) destes 221 (duzentos e vinte e um) compareceram no dia 7 de agosto de 2003 a audiência, o que representou 0,04% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 401.160 (quatrocentos e um mil cento e sessenta) eleitores o que representa 76% da população residente na regional. Dos 221 participantes 21 (vinte e um) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 27 (vinte e sete) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 27 (vinte e sete) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	6
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	2
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	27

Tabela 25: Prioridades Regional XXIII

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **INFRA-ESTRUTURA:** Saneamento básico; Implementar rodovias de integração regional.
- **EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO:** Criar programa de valorização do magistério público.

O Quadro XXIII foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Joinville. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XXIV**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Jaraguá do Sul é integrada por 5 (cinco) municípios, a saber: Jaraguá do Sul, Massaranduba, Guaramirim, Schroeder e Corupá.

A regional de Jaraguá do Sul segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 167.371 habitantes (cento e sessenta e sete mil trezentos e setenta e um) destes 99 (noventa e nove) compareceram no dia 6 de agosto de 2003 a audiência, o que representou 0,06% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 138.762 (cento e trinta oito mil setecentos e sessenta dois) eleitores o que representa 83% da

população residente na regional. Dos 99 participantes 7 (sete) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 92 (noventa e dois) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 37 (trinta e sete) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	10
Educação e Inovação	4
Infra- Estrutura	6
Organização do Lazer	7
Saúde	4
Segurança Pública	3
Total	37

Tabela 26: Prioridades Regional XXIV

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 4 (quatro) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- SAÚDE: Ampliação do hospital São José ou hospital Jaraguá para transformação em hospital regional.
- DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE: Criar programa de habitação popular.
- EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO: Implementar universidade pública no região; Melhor remuneração para profissionais.

O Quadro XXIV foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Jaraguá do Sul. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XXV**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Mafrá é integrada por 7 (sete) municípios, a saber: Mafrá, Monte Castelo, Papanduva, Iatiópois, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Carmo Alegre.

A regional de Mafra segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 208.879 habitantes (duzentos e oito mil oitocentos e setenta e nove) destes 71 (setenta e um) compareceram no dia 21 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,03% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 162.317 (cento e sessenta e dois mil trezentos e dezessete) eleitores o que representa 78% da população residente na regional. Dos 71 participantes 23 (vinte e três) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 48 eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 33 (trinta e três) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	9
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	11
Organização do Lazer	2
Saúde	5
Segurança Pública	0
Total	33

Tabela 27: Prioridades Regional XXV

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **INFRA-ESTRUTURA:** Pavimentação da SC 422 e 477; Instalação de agroindústria.
- **DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE:** Implantar programas de investimentos financeiros na média e alta complexidade.

O Quadro XXV foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Mafra. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XXVI**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Canoinhas é integrada por 7 (sete) municípios, a saber: Canoinhas, Porto União, Irineópolis, Matos Costa, Bela Vista de Toldo, Major Vieira e Três Barras.

A regional de Canoinhas segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 126.117 habitantes (cento e vinte e seis mil cento e dezessete) destes 75 (setenta e cinco) compareceram no dia 7 de agosto de 2003 a audiência, o que representou 0,06% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 93.462 (noventa e três mil quatrocentos e sessenta e dois) eleitores o que representa 74% da população residente na regional. Dos 75 participantes 11 (onze) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 64 (sessenta e quatro) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 33 (trinta e três) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	9
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	9
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	33

Tabela 28: Prioridades Regional XXVI

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **INFRA-ESTRUTURA:** Programa de pavimentação na região da SRD Canoinhas.
- **SAÚDE:** Conclusão e credenciamento do centro odontológico do hospital São Braz; Viabilizar recursos para manutenção e equipamentos dos hospitais da região.

O Quadro XXVI foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Canoinhas. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano

e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XXVII**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Lages é integrada por 11 (onze) municípios, a saber: Lages, Paineira, Bocaina do Sul, Otacílio Costa, Palmeira, Correa Pinto, São José do Cerrito, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Cerro Negro e Anita Garibaldi.

A regional de Lages segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 231.075 habitantes (duzentos e trinta e um mil e setenta e cinco) destes 98 (noventa e oito) compareceram no dia 6 de agosto de 2003 a audiência, o que representou 0,04% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 166.903 (cento e sessenta e seis mil novecentos e três) eleitores o que representa 72% da população residente na regional. Dos 98 participantes 5 (cinco) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 93 (noventa e três) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 36 (trinta e seis) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	12
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	3
Organização do Lazer	9
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	36

Tabela 29: Prioridades Regional XXVII

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO:** Implementação de programa para valorizar o profissional da educação; Implementar programa para melhorar sistema educacional.
- **DESENVOLVIMENTO SOCIA, URBANO E MEIO AMBIENTE:** Implementar programa para estimular o cooperativismo e o associativismo na região.

O Quadro XXVII foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Lages. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XXVIII**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional São Joaquim é integrada por 11 (onze) municípios, a saber: São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Urubici, Urupema, Rio Rufino, e Bom Retiro.

A regional de Lages segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 49.995 habitantes (quarenta e nove mil novecentos e noventa e cinco) destes 126 (cento e vinte e seis) compareceram no dia 1 de agosto de 2003 a audiência, o que representou 0,25% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 39.995 (trinta e nove mil novecentos e noventa e cinco) eleitores o que representa 80% da população residente na regional. Dos 126 participantes 32 (trinta e dois) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 98 (noventa e oito) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 28 (vinte e oito) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	6
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	7
Organização do Lazer	6
Saúde	3
Segurança Pública	0
Total	28

Tabela 30: Prioridades Regional XXVIII

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- **DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE:** Saneamento básico e ambiental.
- **INFRA-ESTRUTURA:** Pavimentação SC 430 – Caminhos da Neve; Pavimentação SC 439 – Urupema/Grão Pará.

O Quadro XXVIII foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Lages. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

A **Secretaria Regional XXIX**, cujos critérios para composição foram estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional Palmitos é integrada por 7 (sete) municípios, a saber: Pamitos, Caibi, Cunhataí, Mondai, Cunha Porã, São Carlos, Riqueza e Águas de Chapecó.

A regional de Palmitos segundo o senso do IBGE 2000 apresentou uma população de 63.440 habitantes (sessenta e três mil quatrocentos e quarenta) destes 63 (sessenta e três) compareceram no dia 22 de julho de 2003 a audiência, o que representou 0,10% da população.

Sabe-se que segundo consulta ao site do TRE-SC no ano de 2007 a regional possuía 48.716 (quarenta oito mil setecentos e dezesseis) eleitores o que representa 77% da população residente na regional. Dos 63 participantes 16 (dezesseis) ocupavam algum cargo na esfera governamental como deputados, prefeitos, presidentes de câmara, significa que 47 (quarenta e sete) eram representantes da sociedade civil.

Foram estabelecidas 19 (dezenove) prioridades, conforme tabela a seguir:

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	3
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	3
Educação e Inovação	3
Infra- Estrutura	1
Organização do Lazer	3
Saúde	3
Segurança Pública	3
Total	19

Tabela 31: Prioridades Regional XXIX

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda

Dessas 3 (três) fizeram-se constar no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007/LOA

- INFRA-ESTRUTURA: Pavimentação asfáltica aos municípios.
- SAÚDE: Infra-estrutura na área da saúde
- EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO: Melhorar a estrutura física e financeira de escolas públicas e APAES – com recursos didático, pedagógicos e tecnológicos.

O Quadro XXIX foi organizado a fim de apresentar um resumo das informações dos municípios que integram a Secretaria Regional de Palmitos. Ele é composto pelos municípios, área em km², população, nº total de eleitores, índice de desenvolvimento humano e sua eficiência, nível de desenvolvimento social e sua respectiva eficiência, PIB global, PIB per capita, índice do PIB municipal per capita e nível de eficiência PIB municipal per capita.

4. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

4.1 Considerações Finais

Na presente monografia objeto de pesquisa baseou-se no Orçamento Regionalizado e nas Audiências Públicas Regionais realizadas pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina em parceria com o Governo do Estado que teve como objetivo sugerir propostas da sociedade à elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 e da Lei Orçamentária Anual de 2004.

O tema e problema do estudo respondeu a seguinte questão: *Qual a representatividade quantitativa e qualitativa das emendas constitucionais elaboradas pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina com base no Orçamento Participativo Regionalizado no contexto dos planos plurianuais?*

Deste modo, nasceu a proposta do presente trabalho monográfico, cujo objetivo geral foi identificar a representatividade quantitativa e qualitativa das emendas constitucionais elaboradas pela ALESC com base no orçamento participativo Regionalizado no contexto dos Planos Plurianuais, o qual foi contemplado em sua plenitude através da apresentação da análise dos dados das 29 (vinte e nove) secretarias regionais apresentadas no Capítulo 3.

Quanto aos objetivos específicos, número total de 4 (quatro) foram parcialmente atingidos conforme segue:

O primeiro objetivo específico não pode ser alcançado. Foram feitas diversas visitas a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina a fim de garantir a coleta das atas das audiências públicas regionais. Porém verificou-se que o registro das reuniões que ocorreram no ano de 2003 foi realizado através de fitas K7, contrário do que se havia estabelecido preliminarmente. As atas das audiências públicas regionais passaram a ser taquigrafadas como mecanismo de registro a partir das audiências do ano de 2007.

Com relação ao segundo objetivo específico sofreu modificações no desenvolvimento do trabalho. Em função de os indicadores sócio-econômicos não satisfazerem às necessidades da pesquisa, a interpretação dos indicadores sócio-econômicos utilizados, ao invés de se basear nos disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, se deteve nos indicadores utilizados e disponibilizados pela ALESC.

Em relação ao terceiro objetivo específico, relacionado aos aspectos quantitativos e qualitativos das audiências, verificou-se que a sociedade nas 29 (vinte e nove) audiências

realizadas nas Secretarias de Desenvolvimento Regional elegeu um total de 786 (setecentos e oitenta e seis) propostas distribuídas nas áreas de: Agricultura e Política Rural 99 (noventa e nove); Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente 183 (cento e oitenta e três); Educação e Inovação 86 (oitenta e seis); Infra-Estrutura 121 (cento e vinte e uma); Saúde 93 (noventa e três); Segurança Pública 70 (setenta) e organização do lazer 134 (cento e trinta e quatro).

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	99
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	183
Educação e Inovação	86
Infra- Estrutura	121
Organização do Lazer	134
Saúde	93
Segurança Pública	70
Total	786

Tabela 32: Prioridades das 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

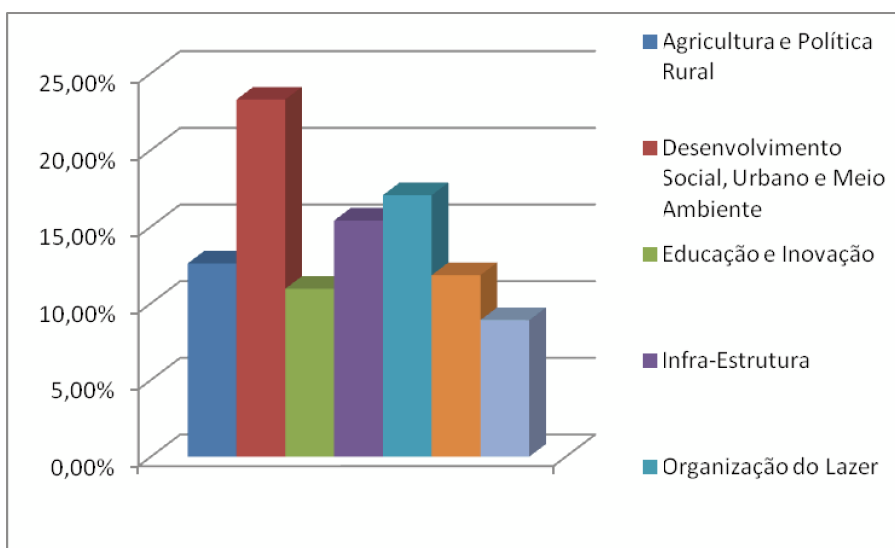


Figura 1: Prioridades das 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional

Fonte: Autor

Já em referência ao último objetivo específico, verificou-se que efetivamente as propostas das audiências públicas regionais foram inseridas no PPA2004-2007. A média de inserção foi de três propostas por Secretaria de Desenvolvimento Regional, demonstrando assim, que há uma tentativa de padronizar a quantidade de propostas por região. Percebe-se também que houve o envolvimento da população durante a realização dos trabalhos. Os

índices calculados, que resultaram em valores inferiores a 1% (um), poderiam significar algum tipo de fracasso. Porém os resultados foram observados com otimismo, o período analisado foi o primeiro de experiência, e já apresentou o anseio da população em colaborar com a administração pública.

PRIORIDADES	
ÁREA	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	4
Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente	8
Educação e Inovação	16
Infra- Estrutura	31
Organização do Lazer	4
Saúde	21
Segurança Pública	4
Total	88

Tabela 33: Prioridades das SDR que constaram no PPA 2004/2007 e LOA 2004

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

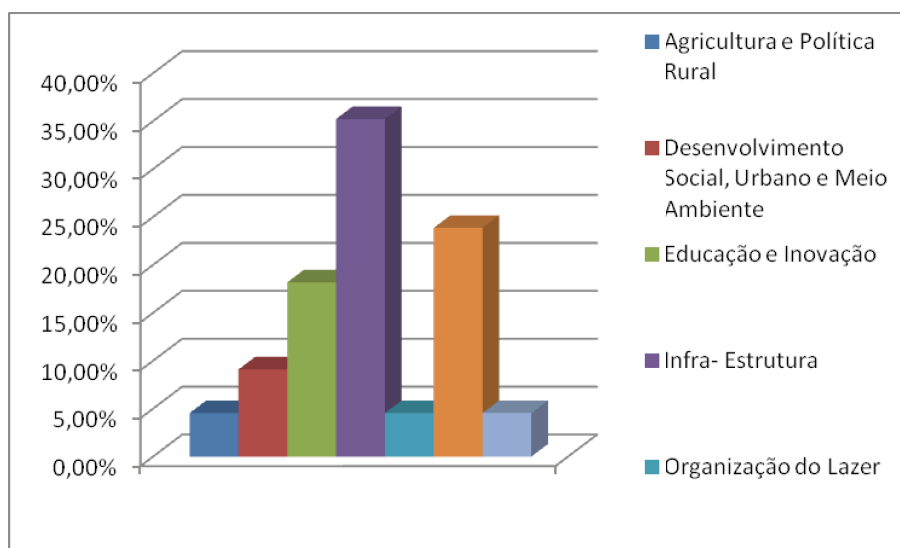


Figura 2: Prioridades das SDR que constaram no PPA 2004/2007 e LOA 2004

Fonte : Autor

Ao concluir o presente trabalho, cabe ressaltar que se observou uma concordância entre as bibliografias citadas, sobre a necessidade de novas formas de gestão pública, que permitam que outras frações da sociedade possam participar da administração do poder público, a fim de encurtar a distância entre o governo e a sociedade civil e a administração pública

4.2 Sugestões para trabalhos futuros

Com a finalidade de contribuir para futuros estudos ao tema abordado, tendo como base os resultados obtidos, recomenda-se que pesquisas nesta área sejam contínuas. Assim, apresentam-se como sugestões para próximos trabalhos:

- Fazer o estudo em outras audiências públicas regionais para a elaboração dos planos plurianuais, visto que estas se realizam a cada quatro anos;
- Fazer um acompanhamento aos futuros relatórios das propostas apresentadas nas audiências, divulgados pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;
- Fazer um acompanhamento da execução das propostas eleitas pelas Secretarias de Desenvolvimento regional que se fizeram constar no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual;
- Desenvolver trabalhos com metodologia técnica que permitam esclarecer termos técnicos, a fim de possibilitar maior entendimento da sociedade civil com relação às temáticas discutidas.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Marcus Vinícius Corrêa. **Modalidades de Intervenção do Estado na Ordem Econômica**. In: Vem concursos o portal do concursando, 15/10/2004. Disponível em: <http://www.vemconcursos.com/opiniao/index.phtml?page_sub=5&page_id=1670> Acesso em: 10 outubro 2007.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. In: Legislação. Brasília – DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 dezembro 2007.

_____, Decreto Lei Nº 2001. In: Legislação. SISLEX – DF, 25 fev. 1967. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/SISLEX/PAGINAS/24/1967/200.htm>>. Acesso em: 12 dezembro 2007.

_____, Lei Nº 4320. In: Legislação. Brasília – DF, 17 de mar. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 20 dezembro 2007.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 2007.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade e movimentação patrimonial do setor público**. Rio de Janeiro: Ed do autor, 1988.

DARIO, Evanir. **Proposta de arranjo das práticas de gestão pública para o novo sistema de descentralização administrativa de Santa Catarina atuar como regiões em aprendizagem**. 2004. 187p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000. Dicionário Priberam Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>> Acesso em 13 nov. 2007.

Dicionário Wikipédia Disponível em: <pt.wikipedia.org> Acesso em 07 jun. 2007.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**. 3. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial; Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários a Constituição brasileira de 1988**. v.6. São Paulo: Saraiva, 1990.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**, 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

GIAGOMONI, James. **Orçamento Público**. 7. ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONTIJO, Valter. **Evolução histórica do orçamento no Brasil**. In: Portal web da Câmara dos Deputados, COFF/CD; Brasília, set. 2004. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/cidadao/entenda/cursopo/HistoricoBrasil>> Acesso em: 10 jun. 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 10 mai. 2008.

KEHRIG, Ruth T. **Políticas públicas**. Palhoça: Unisul Virtual, 2004.

LUNKES, Rogério João. O orçamento. In: LUNKES, Rogério João. **Manual do Orçamento**. São Paulo: Atlas, 2003.

MAFRA FILHO, Francisco de Salles Almeida. **Da Administração Pública: o art.37 “caput” da Constituição da República Federativa do Brasil antes da Emenda Constitucional nº 19, de 1998**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 20, 28/02/2005 [Internet]. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=836. 01 setembro 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

MOREIRA, Egon Bockmann, **O direito administrativo contemporâneo e a intervenção do Estado na ordem econômica**. Revista eletrônica de direito administrativo econômico. Salvador, número 1, fevereiro/março/abril de 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-1-FEVEREIRO-2005-EGON%20BOCKMANN.pdf>> Acesso em: 20 març. 2008.

MUSGRAVE, Richard Abel. Teoria da múltipla escolha. In: MUSGRAVE, Richard Abel. **Teoria múltipla das finanças públicas: um estudo de economia governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1974.

OLIVEIRA, André Machado de. IN: Congresso da Escola de Negócios do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos52005/360.pdf>> Acesso em: 04 março 2008.

Portal BNU – Secretaria de Desenvolvimento de Blumenau. Disponível em: <www.bnu.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=34>

Portal Know.net - Enciclopédia - Áreas Temáticas. Disponível em: <<http://www.know.net/cienceconempr/economia/agenteeconomico.htm>> Acesso em: 30 março de 2008.

Portal LRF.com.br. Disponível em: <http://www.lrf.com.br/mp_op_evolucao_orcamento_publico.html> Acesso em: 03 março 2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano

Maury ; SOUZA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualfo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, Renato Jorge Brown. **Possibilidades de transformações no sistema de planejamento e orçamento no Brasil**. In: VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Out. 2003. Disponível em: <http://www.clad.org.ve/fulltext/0047310.pdf> Acesso em: 20 dezembro 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ROSSETTI, Jose Paschoal. **Introdução a economia**. 17. ed. reest. atual. e ampl São Paulo: Atlas, 1997.

SALAMA, Pierre; MATHIAS, Gilberto. **O Estado superdesenvolvido: ensaios sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo**. Brasília: Brasiliense.

SANTA CATARINA, Constituição do Estado de Santa Catarina. In: Legislação/Constituição Estadual/Versão Consolidada. Florianópolis – SC, 5 out. 1989. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/al/index.php#>. Acesso em: 10 janeiro 2008.

_____, Emenda Constitucional N° 11. In: Legislação/Constituição Estadual/Emendas Constitucionais. Florianópolis – SC, 23 dez. 1996. Disponível em: http://200.192.66.20/alesc/docs/especial/EC_011_1999.doc. Acesso em: 10 janeiro 2008.

_____, Lei Complementar Promulgada N° 157. In: Legislação/Leis Estaduais. Florianópolis – SC, 9 set. 1997. Disponível em: <http://200.192.66.20/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>. Acesso em: 10 janeiro 2008.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 3. Ed. São Paulo, Atlas, 1996.

APÉNDICE

QUADRO	IDENTIFICAÇÃO
I	Secretaria Regional – SÃO MIGUEL DO OESTE
II	Secretaria Regional – MARAVILHA
III	Secretaria Regional – SÃO LOURENÇO DO OESTE
IV	Secretaria Regional – CHAPECÓ
V	Secretaria Regional – XANXERÊ
VI	Secretaria Regional – CONCÓRDIA
VII	Secretaria Regional – JOAÇABA
VIII	Secretaria Regional – CAMPOS NOVOS
IX	Secretaria Regional – VIDEIRA
X	Secretaria Regional – CAÇADOR
XI	Secretaria Regional – CURUTIBANOS
XII	Secretaria Regional – RIO DO SUL
XII	Secretaria Regional – ITUPORANGA
XIV	Secretaria Regional – IBIRAMA
XV	Secretaria Regional – BLUMENAU
XVI	Secretaria Regional – BRUSQUE
XVII	Secretaria Regional – ITAJAÍ
XVIII	Secretaria Regional – SÃO JOSÉ
XIX	Secretaria Regional – LAGUNA
XX	Secretaria Regional – TUBARÃO
XXI	Secretaria Regional – CRICIÚMA
XXII	Secretaria Regional – ARARANGUÁ
XXIII	Secretaria Regional – JOINVILLE
XXIV	Secretaria Regional – JARAGUÁ DO SUL
XXV	Secretaria Regional – MAFRA
XXVI	Secretaria Regional – CANOINHAS
XXVII	Secretaria Regional – LAGES
XXVIII	Secretaria Regional – SÃO JOAQUIM
XXIX	Secretaria Regional – PALMITOS

Tabela 2: Ordenamento de Quadros das Secretarias Regionais

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina adaptado pela graduanda

I - Secretaria Regional - São Miguel D'Oeste											
Municípios	Área (Km ²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Anchieta	229,1	7.134	5.039	0,699	Médio Alto	0,850	Médio	27.930.899	4.108,19	0,44	Baixo
Bandeirante	146,3	3.177	2.332	0,634	Médio	0,683	Baixo	9.501.106	2.990,59	0,29	Baixo
Barra Bonita	94,0	2.117	1.790	0,677	Médio Alto	0,798	Médio Baixo	8.710.608	5.812,42	0,47	Baixo
Belmonte	93,8	2.588	2.176	0,715	Médio Alto	0,804	Médio	14.007.327	5.515,76	0,68	Baixo
Descanso	287,7	9.113	6.488	0,752	Médio Alto	0,864	Médio	50.265.161	5.528,55	0,70	Médio Baixo
Dionísio Cerqueira	379,3	14.253	9.592	0,745	Médio Alto	0,816	Médio	49.185.125	3.685,44	0,36	Baixo
Guaraciaba	331,5	11.031	8.162	0,784	Médio Alto	0,858	Médio	45.317.476	4.114,60	0,47	Baixo
Guarujá do Sul	100,9	4.695	3.853	0,772	Médio Alto	0,871	Médio	24.899.237	5.512,41	0,66	Baixo
Iporã do Oeste	202,2	7.879	6.157	0,774	Médio Alto	0,860	Médio	39.107.685	5.037,67	0,61	Baixo
Itapiranga	280,5	13.990	11.234	0,835	Alto	0,956	Alto	114.641.821	8.194,55	1,00	Alto
Palma Sola	331,6	8.202	5.761	0,743	Médio Alto	0,848	Médio	39.471.463	4.944,69	0,58	Baixo
Paraíso	179,5	4.795	3.191	0,690	Médio Alto	0,801	Médio	15.948.118	3.450,86	0,34	Baixo
Princesa	85,7	2.608	2.111	0,673	Médio Alto	0,792	Médio Baixo	9.611.615	3.915,18	0,40	Baixo
Santa Helena	81,1	2.584	2.071	0,728	Médio Alto	0,835	Médio	13.541.469	5.303,35	0,65	Baixo
São João do Oeste	163,9	5.778	4.519	0,796	Médio Alto	0,866	Médio	29.107.658	5.240,51	0,62	Baixo
São José do Cedro	281,3	13.677	11.178	0,752	Médio Alto	0,876	Médio	67.628.578	4.963,53	0,61	Baixo
São Miguel D'Oeste	234,1	32.321	25.088	0,884	Alto	0,925	Médio Alto	178.688.119	5.605,21	0,70	Médio Baixo
Tunápolis	133,2	4.776	3.591	0,764	Médio Alto	0,870	Médio	26.770.471	8.194,55	0,71	Médio Baixo
Total (*Média)	3.635,7	150.718	114.333	*0,745	* Médio Alto	*0,843	* Médio	764.333.936	*5.071,29	*0,59	* Baixo

Quadro I - Secretaria Regional - São Miguel D'Oeste

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

II - Secretaria Regional - Maravilha											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Bom Jesus do Oeste	67,8	2.147	1.803	0,665	Médio Alto	0,831	Médio	9.429.462	4.391,92	0,52	Baixo
Flor do Sertão	58,5	1.607	1.322	0,633	Médio	0,729	Médio Baixo	8.054.907	5.012,39	0,62	Baixo
Iraceminha	165,4	4.590	3.365	0,716	Médio Alto	0,851	Médio	21.615.669	4.709,30	0,57	Baixo
Maravilha	170,1	18.524	16.005	0,849	Alto	0,901	Médio Alto	135.776.885	7.329,78	0,99	Alto
Modelo	92,8	3.929	2.963	0,773	Médio Alto	0,888	Médio	24.526.854	6.242,52	0,82	Médio
Pinhalzinho	128,7	12.300	10.572	0,816	Alto	0,888	Médio	64.584.937	5.250,81	0,66	Baixo
Romelândia	225,6	6.495	4.282	0,681	Médio Alto	0,802	Médio	21.183.524	3.261,51	0,33	Baixo
Saltinho	156,7	4.196	2.737	0,664	Médio Alto	0,734	Médio Baixo	10.539.817	2.511,87	0,21	Baixo
Santa Ter. do Progresso	119,3	3.407	2.225	0,630	Médio	0,789	Médio Baixo	8.244.291	2.419,81	0,20	Baixo
São Miguel da B. Vista	71,7	2.020	1.647	0,661	Médio Alto	0,893	Médio	24.957.951	12.355,42	1,00	Alto
Saudades	205,9	8.322	6.561	0,773	Médio Alto	0,916	Médio Alto	46.716.355	5.613,60	0,71	Médio Baixo
Tigrinhos	57,5	1.876	1.390	0,603	Médio	0,880	Médio	8.106.410	4.321,11	0,50	Baixo
Total (*Média)	1.520	69.413	54.872	*0,705	*Médio Alto	*0,777	* Médio Baixo	383.737.062	*5.528,32	*0,59	* Baixo

Quadro II - Secretaria Regional - Maravilha

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

III - Secretaria Regional - São Lourenço do Oeste											
Municípios	Área (Km ²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Campo Erê	481,2	10.353	6.673	0,706	Médio Alto	0,838	Médio	60.556.115	5.849,14	0,75	Médio Baixo
Coronel Martins	107,5	2.387	1.776	0,706,	Médio Alto	0,796	Médio Baixo	14.242.774	5.966,81	0,77	Médio Baixo
Formosa do Sul	99,9	2.716	2.092	0,725	Médio Alto	0,854	Médio	15.229.451	5.607,31	0,71	Médio Baixo
Galvão	122,4	4.220	2.965	0,711	Médio Alto	0,848	Médio	24.719.239	5.857,64	0,75	Médio Baixo
Irati	77,6	2.202	1.597	0,679	Médio Alto	0,787	Médio Baixo	12.017.928	5.457,73	0,69	Baixo
Jardinópolis	68,4	1.997	1.456	0,740	Médio Alto	0,851	Médio	15.885.115	7.954,49	1,00	Alto
Jupia	92,8	2.222	1.600	0,667	Médio Alto	0,828	Médio	8.848.550	3.982,25	0,45	Baixo
Novo Horizonte	151,7	3.096	2.155	0,671	Médio Alto	0,835	Médio	16.645.540	5.376,47	0,68	Baixo
Quilombo	280,4	10.707	7.847	0,780	Médio Alto	0,880	Médio	70.560.260	6.590,11	0,87	Médio
Santiago do Sul	73,1	1.696	1.124	0,711	Médio Alto	0,808	Médio	9.199.522	5.424,25	0,68	Baixo
São Bernardino	145,4	3.138	2.190	0,680	Médio Alto	0,801	Médio	9.812.016	3.126,84	0,31	Baixo
São Lourenço do Oeste	361,4	19.643	16.797	0,819	Médio Alto	0,849	Médio	106.735.533	5.433,77	0,68	Baixo
União do Oeste	93,4	3.373	2.384	0,740	Médio Alto	0,847	Médio	19.993.480	5.927,51	0,76	Médio Baixo
Total (*Média)	2.155,2	67.750	50.656	*0,718	* Médio Alto	*0,832	* Médio	384.445.523	*5.674,47	*0,70	* Médio Baixo

Quadro III - Secretaria Regional - São Lourenço do Oeste

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

IV - Secretaria Regional - Chapecó											
Municípios	Área (Km ²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Águas Frias	76,0	2.514	1.970	0,798	Médio Alto	0,855	Médio	16.600.073	6.603,05	0,87	Médio
Caxambu do Sul	141,9	5.260	3.719	0,736	Médio Alto	0,787	Médio Baixo	28.193.948	5.360,07	0,67	Baixo
Chapecó	625,0	146.805	108.484	0,905	Alto	0,926	Médio Alto	987.209.661	6.724,63	0,89	Médio
Cordilheira Alta	84,2	3.092	2.518	0,792	Médio Alto	0,875	Médio	35.414.133	11.453,47	1,00	Alto
Coronel Freitas	234,4	10.495	8.088	0,798	Médio Alto	0,851	Médio	59.243.623	5.644,94	0,72	Médio Baixo
Guatambu	205,7	4.703	3.609	0,646	Médio	0,839	Médio	33.040.766	7.025,47	0,94	Médio Alto
Nova Erechim	64,8	3.503	3.155	0,857	Alto	0,839	Médio	26.412.775	7.540,04	1,00	Alto
Nova Itaberaba	137,0	4.258	3.124	0,732	Médio Alto	0,792	Médio Baixo	27.463.637	6.449,89	0,85	Médio
Planalto Alegre	62,8	2.454	2.114	0,752	Médio Alto	0,850	Médio	15.722.781	6.407,00	0,84	Médio
Serra Alta	90,8	3.336	2.465	0,776	Médio Alto	0,850	Médio	17.769.878	5.326,70	0,67	Baixo
Sul Brasil	113,3	3.121	2.195	0,669	Médio Alto	0,809	Médio	12.786.036	4.096,78	0,47	Baixo
Total (*Média)	1.835,9	189.541	141.441	*0,769	* Médio Alto	*0,843	* Médio	1.259.857.311	*6.646,89	*0,81	*Médio

Quadro IV - Secretaria Regional - Chapecó

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

V - Secretaria Regional - Xanxerê											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Abelardo Luz	957,4	16.420	11.764	0,720	Médio Alto	0,855	Médio	83.644.982	5.094,09	0,63	Baixo
Bom Jesus	63,6	2.048	1.921	0,713	Médio Alto	0,756	Médio Baixo	11.962.416	5.841,02	0,75	Médio Baixo
Entre Rios	105,5	2.865	2.208	0,567	Médio	0,764	Médio Baixo	8.262.004	2.883,77	0,27	Baixo
Faxinal dos Guedes	340,3	10.770	7.265	0,828	Alto	0,845	Médio	72.515.466	6.733,10	0,90	Médio Alto
Ipaçu	262,2	6.121	3.821	0,627	Médio	0,792	Médio Baixo	28.863.893	4.715,55	0,57	Baixo
Lajeado Grande	65,7	1.571	1.430	0,797	Médio Alto	0,850	Médio	13.715.467	8.730,41	1,00	Alto
Marema	103,3	2.631	1.809	0,770	Médio Alto	0,793	Médio Baixo	18.480.472	7.024,12	0,94	Médio Alto
Ouro Verde	189,3	2.350	1.738	0,695	Médio Alto	0,746	Médio Baixo	28.589.752	12.165,85	1,00	Alto
Passos Maia	613,8	4.765	3.000	0,643	Médio	0,769	Médio Baixo	26.602.749	5.582,95	0,71	Médio Baixo
Ponte Serrada	564,2	10.567	7.941	0,773	Médio Alto	0,788	Médio Baixo	49.555.679	4.689,66	0,56	Baixo
São Domingos	385,8	9.537	7.363	0,799	Médio Alto	0,868	Médio	53.399.960	5.599,24	0,71	Médio Baixo
Vargeão	166,9	3.522	2.466	0,801	Alto	0,896	Médio	21.615.051	6.137,15	0,80	Médio
Xanxerê	378,1	37.369	28.797	0,880	Alto	0,886	Médio	226.790.829	6.068,96	0,79	Médio Baixo
Xaxim	294,6	22.836	17.861	0,834	Alto	0,832	Médio	153.093.253	6.704,03	0,89	Médio
Total (*Média)	4.490,7	133.372	99.384	*0,759	* Médio Alto	*0,817	*Médio	797.091.970	*5.976,46	*0,75	* Médio Baixo

Quadro V - Secretaria Regional - Xanxerê

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

VI - Secretaria Regional - Concórdia											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Alto Bela Vista	102,9	2.095	1.639	0,781	Médio Alto	0,839	Médio	11.623.665	5.548,29	0,70	Médio Baixo
Arabutã	132,9	4.155	3.244	0,774	Médio Alto	0,838	Médio	23.784.093	5724,21	0,73	Médio Baixo
Arvoredo	90,0	2.301	1.658	0,667	Médio Alto	0,859	Médio	17.209.629	7.479,20	1,00	Alto
Concórdia	797,5	62.976	50.074	0,909	Alto	0,857	Alto	527.657.061	8.378,70	1,00	Alto
Ipira	150,6	4.971	3.543	0,829	Alto	0,870	Médio	23.592.511	4.746,03	0,57	Baixo
Ipumirim	247,5	6.902	5.541	0,797	Médio Alto	0,917	Médio Alto	50.084.799	7.256,56	0,98	Alto
Irani	323,7	8.601	6.253	0,785	Médio Alto	0,771	Médio Baixo	36.848.918	4.284,26	0,50	Baixo
Itá	166,2	6.755	5.240	0,859	Alto	0,906	Médio Alto	45.339.215	6.711,95	0,89	Médio
Jaborá	190,9	4.196	3.255	0,876	Alto	0,854	Médio	25.683.837	6.121,03	0,80	Médio
Lindóia do Sul	195,4	4.850	3.666	0,804	Alto	0,848	Médio	32.107.517	6.620,11	0,88	Médio
Paial	85,5	2.055	1.397	0,720	Médio Alto	0,796	Médio Baixo	9.529.221	4.637,09	0,56	Baixo
Peritiba	96,6	3.233	2.681	0,835	Alto	0,897	Médio	21.203.614	6.558,49	0,87	Médio
Piratuba	145,1	5.802	3.896	0,848	Alto	0,918	Médio Alto	32.162.641	5.543,37	0,70	Médio Alto
Pres. Castelo Branco	77,2	2.160	1.608	0,805	Alto	0,878	Médio	21.098.311	9.767,74	1,00	Alto
Seara	312,1	15.702	13.073	0,857	Alto	0,908	Médio Alto	179.363.416	11.422,97	1,00	Alto
Xavantina	217,0	4.391	3.214	0,739	Médio Alto	0,821	Médio	39.452.082	8.984,76	1,00	Alto
Total (*Média)	3.331,1	141.145	109.982	*0,805	*Alto	*0,867	*Médio	1.096.740.530	*7.770,31	*0,82	* Médio

Quadro VI - Secretaria Regional - Concórdia

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

VII - Secretaria Regional - Joaçaba											
Municípios	Área (Km ²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Água Doce	1.311,9	6.821	5.063	0,802	Alto	0,879	Médio	43.300.035	6.348,05	0,83	Médio
Capinzal	334,9	19.968	14.512	0,893	Alto	0,876	Médio	187.397.955	9.384,71	1,00	Alto
Catanduvas	198,4	8.311	6.143	0,865	Alto	0,857	Médio	70.894.28	8.530,24	1,00	Alto
Erval Velho	208,6	4.267	3.415	0,821	Alto	0,887	Médio	24.051.025	5.9636,52	0,72	Médio Baixo
Herval d'Oeste	215,8	20.022	14.714	0,879	Alto	0,792	Médio Baixo	100.799.007	5.034,41	0,62	Baixo
Ibicare	155,9	3.576	2.781	0,810	Alto	0,762	Médio Baixo	20.415.192	5.708,95	0,73	Médio Baixo
Joaçaba	233,5	24.035	19.709	0,953	Alto	0,970	Alto	264.397.913	11.000,54	1,00	Alto
Lacerdópolis	68,8	2.170	1.770	0,868	Alto	0,827	Médio	22.507.019	10.371,90	1,00	Alto
Luzerna	116,7	5.565	4.669	0,922	Alto	0,871	Médio	28.739.760	5.164,38	0,64	Baixo
Ouro	206,9	7.411	5.684	0,872	Alto	0,851	Médio	43.973.422	5.933,53	0,77	Médio Baixo
Treze Tílias	184,2	4.841	3.912	0,866	Alto	0,853	Médio	43.031.827	8.889,04	1,00	Alto
Vargem Bonita	299,5	5.143	3.686	0,836	Alto	0,843	Médio	54.437.161	10.584,71	1,00	Alto
Total (*Média)	3.535,1	112.130	86.058	*0,865	* Alto	*0,856	*Médio	903.945.144	*8.061,58	*0,86	* Médio

Quadro VII - Secretaria Regional - Joaçaba

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

VIII - Secretaria Regional - Campos Novos											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Abdon Batista	237,7	2.776	2.065	0,693	Médio Alto	0,730	Médio Baixo	17.124.812	6.168,88	0,80	Médio
Brunópolis	336,8	3.310	2.717	0,655	Médio Alto	0,722	Médio Baixo	10.248.249	3.096,15	0,31	Baixo
Campos Novos	1.658,4	28.707	23.169	0,824	Alto	0,871	Médio	196.313.764	6.838,53	0,91	Médio Alto
Celso Ramos	208,3	2.843	2.186	0,678	Médio Alto	0,829	Médio	12.322.668	4.334,39	0,51	Baixo
Ibiam	147,1	1.954	1.624	0,755	Médio Alto	0,867	Médio	12.443.497	6.368,22	0,84	Médio
Monte Carlo	162,0	8.564	6.774	0,742	Médio Alto	0,784	Médio Baixo	54.548.946	6.369,56	0,84	Médio
Vargem	351,6	3.212	2.336	0,679	Médio Alto	0,749	Médio Baixo	15.269.999	4.754,05	0,57	Baixo
Zortéa	189,7	2.633	2.328	0,788	Médio Alto	0,841	Médio	12.176.947	4.624,74	0,55	Baixo
Total (*Média)	3.291,6	53.999	43.199	*0,726	* Médio Alto	*0,799	* Médio	330.448.882	*6.119,54	*0,66	*Baixo

Quadro VIII - Secretaria Regional - Campos Novos

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

IX - Secretaria Regional - Videira											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Arroio Trinta	94,4	3.488	2.786	0,808	Alto	0,853	Médio	30.005.404	8.602,47	1,00	Alto
Fraiburgo	547,6	32.837	24.635	0,850	Alto	0,909	Médio Alto	284.579.021	8.666,41	1,00	Alto
Iomerê	115,4	2.553	2.283	0,835	Alto	0,877	Médio	21.642.737	8.477,37	1,00	Alto
Pinheiro Preto	65,7	2.719	2.279	0,863	Alto	0,881	Médio	25.501.152	9.378,87	1,00	Alto
Salto Veloso	105,8	3.903	3.088	0,872	Alto	0,898	Médio	42.816.362	10.970,12	1,00	Alto
Tangará	387,1	8.749	6.373	0,809	Alto	0,860	Médio	76.624.564	8.758,09	1,00	Alto
Videira	379,8	41.455	31.579	0,924	Alto	0,938	Médio Alto	411.662.890	9.930,36	1,00	Alto
Total (*Média)	1.695,8	95.704	73.023	*0,851	* Alto	*0,888	* Médio	892.832.130	*9.329,10	1,00	*Alto

Quadro IX - Secretaria Regional - Videira

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

X - Secretaria Regional - Caçador											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Caçador	987,0	63.185	46.943	0,878	Alto	0,854	Médio	431.103.618	6.822,88	0,91	Médio Alto
Calmon	638,1	3.463	2.996	0,593	Médio	0,722	Médio Baixo	13.885.343	4.009,63	0,45	Baixo
Lebon Régis	937,2	11.682	8.382	0,702	Médio Alto	0,740	Médio Baixo	44.035.917	3.769,55	0,42	Baixo
Macieira	259,5	1.902	1.827	0,692	Médio Alto	0,710	Médio Baixo	9.362.920	4.922,67	0,60	Baixo
Rio das Antas	319,0	6.112	5.334	0,767	Médio Alto	0,835	Médio	43.445.251	7.108,19	0,96	Alto
Timbó Grande	596,0	6.492	4.552	0,640	Médio	0,629	Médio Baixo	26.137.898	4.026,17	0,46	Baixo
Total (*Média)	3.736,8	92.836	70.034	*0,712	*Médio Alto	*0,748	*Médio Baixo	567.970.947	*6.118,00	*0,63	*Baixo

Quadro X - Secretaria Regional - Caçador

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XI - Secretaria Regional - Curitiba											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Curitiba	954,0	36.037	28.401	0,856	Alto	0,870	Médio	178.832.033	4.962,46	0,61	Baixo
Frei Rogério	158,5	2.969	2.179	0,684	Médio Alto	0,829	Médio	11.121.944	3.746,02	0,51	Baixo
Ponte Alta	573,2	5.162	3.860	0,768	Médio Alto	0,807	Médio	38.787.176	7.513,98	1,00	Alto
Ponte Alta do Norte	400,5	3.213	2.327	0,799	Médio Alto	0,892	Médio	22.583.813	7.028,89	0,94	Médio Alto
Santa Cecília	1.152,5	14.811	11.741	0,780	Médio Alto	0,845	Médio	65.069.139	4.393,30	0,52	Baixo
São Cristovão do Sul	344,4	4.605	3.215	0,745	Médio Alto	0,835	Médio	28.501.777	6.189,31	0,81	Médio
Total (*Média)	3.583,1	66.797	51.723	*0,772	* Médio Alto	*0,846	*Médio	344.895.882	*5.163,34	*0,71	*Médio Baixo

Quadro XI - Secretaria Regional - Curitiba

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XII - Secretaria Regional - Rio do Sul											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Agronômica	130,4	4.255	3.182	0,791	Médio Alto	0,899	Médio	22.957.804	5.395,49	0,68	Baixo
Braço do Trombudo	89,7	3.186	2.706	0,828	Alto	0,858	Médio	42.171.830	13.236,61	1,00	Alto
Laurentino	79,7	5.062	4.133	0,859	Alto	0,869	Médio	30.113.524	5.948,94	0,77	Médio Baixo
Mirim Doce	339,7	2.739	2.107	0,796	Médio Alto	0,873	Médio	17.930.134	6.546,23	0,86	Médio
Pouso Redondo	362,5	12.182	9.526	0,773	Médio Alto	0,838	Médio	54.315.142	4.458,64	0,53	Baixo
Rio do Campo	503,8	6.522	5.285	0,779	Médio Alto	0,858	Médio	30.285.129	4.643,53	0,56	Baixo
Rio do Oeste	246,7	6.729	5.293	0,845	Alto	0,887	Médio	36.423.026	5.412,84	0,68	Baixo
Rio do Sul	260,7	51.650	41.565	0,946	Alto	0,971	Alto	350.639.499	4.788,76	0,90	Médio Alto
Salete	180,7	7.154	5.630	0,800	Alto	0,913	Médio Alto	44.300.687	6.192,44	0,81	Médio
Santa Terezinha	719,6	8.826	6.084	0,668	Médio Alto	0,726	Médio Baixo	38.015.807	4.307,25	0,50	Baixo
Taió	693,3	16.261	13.210	0,843	Alto	0,910	Médio Alto	89.047.729	5.476,15	0,69	Baixo
Trombudo Central	108,9	5.767	4.410	0,859	Alto	0,908	Médio Alto	51.090.451	8.859,10	1,00	Alto
Total (*Média)	3.715,7	130.333	103.131	*0,815	*Alto	*0,876	* Médio	807.290.762	*6.194,06	*0,75	*Médio Baixo

Quadro XII - Secretaria Regional - Rio do Sul

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XIII - Secretaria Regional - Ituporanga											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Agrolândia	207,5	7.812	6.098	0,813	Alto	0,898	Médio	41.458.687	5.307,05	0,66	Baixo
Alfredo Wagner	732,5	8.824	7.304	0,723	Médio Alto	0,754	Médio Baixo	36.219.838	4.104,70	0,47	Baixo
Atalanta	94,3	3.429	2.534	0,797	Médio Alto	0,888	Médio	19.738.449	5.756,33	0,74	Médio Baixo
Aurora	206,9	5.470	4.256	0,799	Médio Alto	0,861	Médio	26.348.930	4.816,99	0,59	Baixo
Chapadão do Lageado	125,6	2.560	1.935	0,686	Médio Alto	0,786	Médio Baixo	8.953.165	3.497,33	0,37	Baixo
Imbuia	122,9	5.236	4.285	0,763	Médio Alto	0,869	Médio	22.907.474	4.375,00	0,51	Baixo
Ituporanga	337,5	19.472	16.069	0,844	Alto	0,916	Médio Alto	95.191.261	4.888,62	0,60	Baixo
Leoberto Leal	292,8	3.741	2.730	0,729	Médio Alto	0,813	Médio	17.317.447	4.629,10	0,55	Baixo
Petrolândia	306,4	6.413	5.033	0,764	Médio Alto	0,814	Médio	27.524.791	4.292,03	0,50	Baixo
Vidal Ramos	338,6	6.271	4.783	0,746	Médio Alto	0,865	Médio	31.493.593	5.022,10	0,62	Baixo
Total (*Média)	2.765,0	69.228	55.027	*0,766	* Médio Alto	*0,846	* Médio	327.153.635	*4.725,74	*0,56	*Baixo

Quadro XIII - Secretaria Regional - Ituporanga

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XIV - Secretaria Regional - Ibirama											
Municípios	Área (Km ²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Apiúna	494,3	8.508	6.613	0,781	Médio Alto	0,875	Médio	63.358.973	74.446,99	1,00	Alto
Acurra	111,3	6.937	5.457	0,870	Alto	0,915	Médio Alto	43.973.673	6.339,00	0,83	Médio
Dona Emma	181,3	3.307	2.343	0,792	Médio Alto	0,869	Médio	19.339.852	5.848,16	0,75	Médio Baixo
Ibirama	246,7	15.786	12.342	0,858	Alto	0,919	Médio Alto	85.525.653	5.417,82	0,68	Baixo
José Boiteux	406,0	4.589	3.435	0,747	Médio Alto	0,850	Médio	18.575.593	4.047,85	0,46	Baixo
Lontras	197,9	8.372	6.632	0,811	Alto	0,855	Médio	34.276.366	4.094,17	0,47	Baixo
Presidente Getúlio	295,6	12.329	9.936	0,848	Alto	0,979	Alto	86.339.210	7.002,94	0,94	Médio Alto
Presidente Nereu	225,0	2.303	2.036	0,722	Médio Alto	0,813	Médio	15.634.930	6.788,94	0,90	Médio Alto
Vitor Meireles	371,8	5.518	4.245	0,764	Médio Alto	0,744	Médio Baixo	18.778.240	3.403,09	0,36	Baixo
Witmarsum	151,5	3.250	2.689	0,723	Médio Alto	0,872	Médio	19.267.362	5.928,42	0,76	Médio Baixo
Total (*Média)	2.681,4	70.899	55.728	*0,791	* Médio Alto	*0,869	* Médio	405.069.852	*5.713,34	*0,71	*Médio Baixo

Quadro XIV - Secretaria Regional - Ibirama

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XV - Secretaria Regional - Blumenau											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Benedito Novo	386,2	9.078	7.511	0,810	Alto	0,882	Médio	41.620.102	4.584,72	0,55	Baixo
Blumenau	520,9	261.505	202.560	0,965	Alto	0,982	Alto	3.561.545.250	13.619,42	1,00	Alto
Doutor Pedrinho	376,6	3.055	2.372	0,806	Alto	0,873	Médio	16.815.790	5.504,35	0,70	Médio Baixo
Gaspar	387,4	46.381	33.907	0,928	Alto	0,904	Médio Alto	335.779.786	7.239,60	0,98	Alto
Indaial	433,3	40.163	33.174	0,928	Alto	0,904	Médio Alto	315.101.515	7.845,57	1,00	Alto
Pomerode	215,6	22.089	18.594	0,929	Alto	0,911	Médio Alto	195.320.110	8.842,42	1,00	Alto
Rio dos Cedros	555,5	8.925	6.813	0,854	Alto	0,869	Médio	89.731.649	10.053,97	1,00	Alto
Rodeio	131,3	10.376	8.302	0,873	Alto	0,849	Médio	59.143.751	5.700,05	0,73	Médio Baixo
Timbó	127,6	29.360	24.686	0,953	Alto	0,943	Médio Alto	260.301.951	8.865,87	1,00	Alto
Total (*Média)	3.134,4	430.932	337.919	*0,894	*Alto	*0,902	*Médio Alto	4.875.359.904	*11.313,52	*0,88	*Médio

Quadro XV - Secretaria Regional - Blumenau

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XVI - Secretaria Regional - Brusque											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Botuverá	302,2	3.754	3.082	0,739	Médio Alto	0,895	Médio	25.674.957	6.839336	0,91	Médio Alto
Brusque	283,5	75.791	63.739	0,945	Alto	0,957	Alto	985.007.223	12.965,57	1,00	Alto
Canelinha	153,0	9.008	7.004	0,834	Alto	0,896	Médio	38.822.989	4.309,83	0,50	Baixo
Guabiruba	174,0	12.986	10.176	0,876	Alto	0,880	Médio	77.312.399	5.953,52	0,77	Médio Baixo
Major Gercino	284,5	3.143	2.591	0,715	Médio Alto	0,817	Médio	16.926.192	5.385,36	0,68	Baixo
Nova Trento	403,5	9.853	8.478	0,833	Alto	0,865	Médio	49.118.914	4.985,17	0,61	Baixo
São João Batista	220,4	14.858	13.691	0,869	Alto	0,880	Médio	64.359.111	4.331,61	0,51	Baixo
Tijucas	280,3	23.432	20.815	0,912	Alto	0,953	Alto	216.117.400	9.223,17	1,00	Alto
Total (*Média)	2.101,4	153.005	129.576	*0,840	* Alto	*0,893	* Médio	1.473.339.185	*9.629,35	*0,75	* Médio Baixo

Quadro XVI - Secretaria Regional - Brusque

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XVII - Secretaria Regional - Itajaí											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Balneário Camboriú	46,6	73.292	71.893	0,974	Alto	0,980	Alto	695.316.159	9.486,93	1,00	Alto
Bombinhas	35,7	8.698	8.190	0,878	Alto	0,956	Alto	66.677.024	7.665,79	1,00	Alto
Camboriú	213,2	41.351	28.170	0,841	Alto	0,859	Médio	133.228.763	3.221,90	0,87	Baixo
Ilhota	253,9	10.552	8.835	0,821	Alto	0,900	Médio Alto	78.571.648	7.446,14	0,77	Alto
Itajaí	289,2	147.395	113.370	0,944	Alto	0,961	Alto	1.386.901.512	9.409,42	1,00	Alto
Itapema	59,0	25.857	23.858	0,957	Alto	0,962	Alto	193.047.741	7.465,98	1,00	Alto
Luis Alves	261,3	7.975	6.688	0,831	Alto	0,853	Médio	54.090.856	6.782,55	0,33	Médio Alto
Navegantes	111,8	39.299	32.640	0,881	Alto	0,847	Médio	184.186.973	4.686,81	0,90	Baixo
Penha	58,7	17.669	13.685	0,879	Alto	0,907	Médio Alto	104.759.351	5.928,99	0,88	Médio Baixo
Piçarras	99,4	10.908	9.958	0,921	Alto	0,909	Médio Alto	72.090.855	6.608,99	1,00	Médio
Porto Belo	94,3	10.682	8.165	0,912	Alto	0,875	Médio	70.089.044	6.561,42	1,00	Médio
Total (*Média)	1.523,1	393.678	325.452	*0,894	*Alto	*0,913	*Médio Alto	3.038.959.926	*7.719,41	0,556	*Médio

Quadro XVII - Secretaria Regional - Itajaí

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XVIII - Secretaria Regional - São José											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Águas Mornas	360,9	5.389	4.822	0,739	Médio Alto	0,849	Médio	23.732.491	4.403,88	0,52	Baixo
Angelina	502,7	5.772	4.674	0,673	Médio Alto	0,770	Médio Baixo	20.647.559	3.577,19	0,38	Baixo
Anitápolis	545,3	3.230	2.655	0,712	Médio Alto	0,885	Médio	15.952.781	4.938,94	0,60	Baixo
Antônio Carlos	228,6	6.419	5.359	0,851	Alto	0,923	Médio Alto	49.636.741	7.732,78	1,00	Alto
Biguaçu	325,3	48.010	34.044	0,895	Alto	0,813	Médio	246.045.824	5.124,89	0,63	Baixo
Florianópolis	439,0	341.781	290.019	0,966	Alto	0,973	Alto	4.204.439.979	12.292,78	1,00	Alto
Gov. Celso Ramos	93,1	11.597	10.321	0,853	Alto	0,815	Médio	43.098.542	3.716,35	0,41	Baixo
Palhoça	326,9	102.671	74.513	0,933	Alto	0,843	Médio	365.705.625	3.561,92	0,38	Baixo
Rancho Queimado	288,8	2.634	2.367	0,751	Médio Alto	0,799	Médio Baixo	16.987.801	6.449,43	0,85	Médio
São Bonifácio	461,8	3.218	2.567	0,702	Médio Alto	0,845	Médio	16.019.577	4.978,12	0,61	Baixo
São José	113,6	173.239	129.703	0,962	Alto	0,937	Médio Alto	1.119.017.875	6.459,39	0,85	Médio
São Pedro de Alcântara	140,0	3.580	3.222	0,796	Médio Alto	0,804	Médio	12.155.607	3.423,35	0,36	Baixo
Sto.Am.Da Imperatriz	311,4	15.705	13.074	0,908	Alto	0,909	Médio Alto	81.593.715	5.195,40	0,65	Baixo
Total (*Média)	4.137,4	723.245	577.340	*0,826	*Alto	*0,859	*Médio	6.212.131.117	*8.589,25	*0,63	*Baixo

Quadro XVIII - Secretaria Regional - São José

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XIX - Secretaria Regional - Laguna											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Garopaba	114,9	13.134	11.926	0,817	Alto	0,836	Médio	60.838.554	4.632,14	0,56	Baixo
Imaruí	543,8	13.397	10.414	0,674	Médio Alto	0,734	Médio Baixo	39.512.926	2.949,39	0,28	Baixo
Imbituba	185,9	35.700	28.112	0,891	Alto	0,878	Médio	171.257.503	4.797,13	0,58	Baixo
Jaguaruna	327,7	14.603	11.521	0,800	Alto	0,832	Médio	60.894.213	4.169,98	0,48	Baixo
Laguna	438,8	47.543	35.996	0,868	Alto	0,889	Médio	198.530.783	4.175,82	0,48	Baixo
Paulo Lopes	450,5	5.925	5.014	0,744	Médio Alto	0,818	Médio	35.768.084	6.036,81	0,78	Médio Baixo
Total (*Média)	2.061,6	130.302	102.983	*0,799	* Médio Alto	*0,833	* Médio	566.802.063	*4.349,91	*0,53	* Baixo

Quadro XIX - Secretaria Regional - Laguna

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XX - Secretaria Regional - Tubarão											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Armazém	173,6	6.870	4.914	0,786	Médio Alto	0,906	Médio Alto	29.560.095	4.302,78	0,50	Baixo
Braço do Norte	221,7	24.771	19.400	0,893	Alto	0,908	Médio Alto	1296.835.888	5.123,97	0,63	Baixo
Capivari de Baixo	53,1	18.559	12.343	0,927	Alto	0,871	Médio	141.404.342	7.619,18	1,00	Alto
Grão Pará	329,8	5.814	5.085	0,854	Alto	0,889	Médio	35.762.393	6.151,08	0,80	Médio
Gravatal	168,0	9.911	7.333	0,789	Médio Alto	0,886	Médio	48.365.148	4.879,95	0,60	Baixo
Orleans	550,4	20.021	15.877	0,875	Alto	0,858	Médio	117.710.435	5.879,35	0,76	Médio Baixo
Pedras Grandes	172,7	4.921	3.774	0,759	Médio Alto	0,768	Médio Baixo	21.788.331	4.427,62	0,52	Baixo
Rio Fortuna	300,6	4.316	3.730	0,794	Médio Alto	0,952	Alto	35.455.411	8.214,88	1,00	Alto
Sangão	82,9	8.126	5.880	0,745	Médio Alto	0,829	Médio	34.744.126	4.275,67	0,50	Baixo
Santa Rosa de Lima	203,	2.007	1.692	0,757	Médio Alto	0,935	Médio Alto	15.829.206	7.887,00	1,00	Alto
São Ludgero	107,8	8.586	7.315	0,892	Alto	0,932	Médio Alto	49.707.18	5.789,33	0,74	Médio Baixo
São Martinho	224,9	3.274	2.716	0,792	Médio Alto	0,944	Médio Alto	16.447.119	5.023,55	0,62	Baixo
Treze de Maio	162,4	6.716	5.174	0,769	Médio Alto	0,830	Médio	29.845.482	4.443,94	0,52	Baixo
Tubarão	298,7	89.338	68.314	0,952	Alto	0,947	Médio Alto	625.557.835	7.002,15	0,94	Médio Alto
Total (*Média)	3.049,6	213.230	163.547	*0,827	*Alto	*0,890	* Médio	1.329.102.999	*6.233,19	*0,72	* Médio Baixo

Quadro XX - Secretaria Regional - Tubarão

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XXI - Secretaria Regional - Criciúma											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Cocal do Sul	71,2	13.725	10.805	0,937	Alto	0,924	Médio Alto	103.018.937	7.505,93	1,00	Alto
Criciúma	236,6	170.322	129.142	0,958	Alto	0,955	Alto	1.171.259.011	6.876,73	0,92	Médio Alto
Forquilha	182,7	18.349	14.476	0,863	Alto	0,845	Médio	116.378.115	6.342,48	0,83	Médio
Içara	292,8	48.597	37.729	0,865	Alto	0,838	Médio	129.396.037	2.662,63	0,24	Baixo
Lauro Müller	270,4	13.602	10.933	0,848	Alto	0,883	Médio	62.389.994	4.586,83	0,55	Baixo
Morro da Fumaça	83,1	14.550	10.238	0,872	Alto	0,882	Médio	82.557.076	5.674,03	0,72	Médio Baixo
Nova Veneza	294,5	11.510	9.342	0,890	Alto	0,920	Médio Alto	63.456.058	5.487,06	0,69	Baixo
Siderópolis	262,0	12.069	9.859	0,916	Alto	0,925	Médio Alto	67.889.473	5.625,11	0,72	Médio Baixo
Treviso	156,7	3.133	2.789	0,828	Alto	0,900	Médio Alto	30.309.022	9.674,12	1,00	Alto
Urussanga	241,3	18.727	15.223	0,923	Alto	0,922	Médio Alto	102.168.085	5.455,66	0,69	Baixo
Total (*Média)	2.091,3	324.584	250.536	*0,890	* Alto	*0,899	* Médio	1.928.521.808	*5.941,52	*0,74	* Médio Baixo

Quadro XXI - Secretaria Regional - Criciúma

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XXII - Secretaria Regional - Araranguá											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Araranguá	305,5	54.649	41.701	0,880	Alto	0,873	Médio	275.007.890	5.032,26	0,62	Baixo
Baln. Arroio do Silva	94,4	6.028	5.396	0,908	Alto	0,779	Médio Baixo	27.624.857	4.582,76	0,55	Baixo
Balneário Gaivota	148,3	5.450	5.208	0,822	Alto	0,767	Médio Baixo	21.801.671	4.000,31	0,45	Baixo
Ermo	63,7	2.063	2.296	0,780	Médio Alto	0,831	Médio	11.736.288	5.688,94	0,73	Médio Baixo
Jacinto Machado	439,1	10.920	8.301	0,773	Médio Alto	0,835	Médio	46.285.471	4.238,60	0,49	Baixo
Maracajá	62,9	5.541	5.033	0,832	Alto	0,863	Médio	35.533.345	6.412,80	0,84	Médio
Meleiro	186,4	7.080	5.241	0,837	Alto	0,906	Médio Alto	45.569.134	6.577,56	0,87	Médio
Morro Grande	260,2	2.901	2.353	0,769	Médio Alto	0,875	Médio	18.970.474	6.539,29	0,86	Médio
Passo de Torres	96,5	4.400	4.138	0,811	Alto	0,772	Médio Baixo	22.147.858	5.010,88	0,62	Baixo
Praia Grande	287,2	7.290	5.056	0,771	Médio Alto	0,768	Médio Baixo	29.036.585	3.983,07	0,45	Baixo
Santa Rosa do Sul	151,8	7.809	6.064	0,780	Médio Alto	0,851	Médio	29.430.735	3.768,82	0,42	Baixo
São João do Sul	180,8	6.784	5.034	0,709	Médio Alto	0,773	Médio Baixo	30.681.265	4.522,59	0,54	Baixo
Sombrio	145,8	22.954	17.989	0,798	Médio Alto	0,856	Médio	111.131.278	4.841,48	0,59	Baixo
Timbé do Sul	327,0	5.322	4.330	0,788	Médio Alto	0,815	Médio	29.364.609	5.517,59	0,70	Médio Baixo
Turvo	234,3	10.890	8.648	0,871	Alto	0,866	Médio	75.789.456	6.959,55	0,93	Médio Alto
Total (*Média)	2.980,9	160.081	126.788	*0,808	*Alto	*0,829	* Médio	811.010.916	*5.066,25	*0,64	* Baixo

Quadro XXII - Secretaria Regional - Araranguá

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XXIII - Secretaria Regional - Joinville											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Araquari	400,3	23.588	11.924	0,791	Médio Alto	0,778	Médio Baixo	87.313.500	3.701,61	0,40	Baixo
Baln. Barra do Sul	112,1	6.039	6.145	0,875	Médio Alto	0,844	Médio	27.858.369	4.567,87	0,54	Baixo
Barra Velha	140,2	15.528	12.292	0,878	Médio Alto	0,857	Médio	78.868.878	5.079,14	0,63	Baixo
Garuva	504,0	11.370	8.849	0,826	Alto	0,773	Médio Baixo	49.615.861	4.363,75	0,51	Baixo
Itapoá	248,7	8.830	8.649	0,900	Alto	0,863	Médio	53.896.552	6.103,80	0,79	Médio Baixo
Joinville	1.133,7	429.004	322.601	0,954	Alto	0,959	Alto	4.058.169.788	9.459,52	1,00	Alto
São Francisco do Sul	497,1	32.261	28.461	0,919	Alto	0,896	Médio	397.438.069	12.319,46	1,00	Alto
São João do Itaperiú	152,1	3.161	2.239	0,773	Médio Alto	0,853	Médio	26.137.219	8.268,66	1,00	Alto
Total (*Média)	3.188,2	529.781	401.160	*0,864	*Alto	*0,853	*Médio	4.779.025.236	*9.020,76	*0,73	*Médio Baixo

Quadro XXIII - Secretaria Regional - Joinville

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XXIV - Secretaria Regional - Jaraguá do Sul											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Corupá	407,5	11.835	9.988	0,908	Alto	0,925	Médio Alto	74.571.792	6.300,95	0,83	Médio
Guaramirim	269,9	23.787	20.409	0,895	Alto	0,939	Médio Alto	222.828.576	9.367,66	1,00	Alto
Jaraguá do Sul	531,1	108.387	88.797	0,962	Alto	0,989	Alto	1.218.074.274	11.238,20	1,00	Alto
Massaranduba	374,9	12.549	10.596	0,844	Alto	0,934	Médio Alto	79.463.383	6.332,25	0,83	Médio
Schroeder	143,6	10.813	8.972	0,914	Alto	0,949	Médio Alto	65.329.218	6.041,73	0,78	Médio Baixo
Total (*Média)	1.727,0	167.371	138.762	*0,904	*Alto	*0,947	*Médio Alto	1.660.267.243	*9.919,68	*0,89	*Médio

Quadro XXIV - Secretaria Regional - Jaraguá do Sul

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XXV - Secretaria Regional - Mafra											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Campo Alegre	499,7	11.623	8.797	0,775	Médio Alto	0,835	Médio	64.532.506	5.552,14	0,70	Médio Baixo
Itaiópolis	1.295,8	19.078	14.380	0,749	Médio Alto	0,811	Médio	78.125.109	4.095,04	0,47	Baixo
Mafra	1.406,6	49.945	38.571	0,885	Alto	0,875	Médio	244.370.295	4.892,79	0,60	Baixo
Monte Castelo	558,0	8.349	6.447	0,699	Médio Alto	0,778	Médio Baixo	32.624.979	3.907,65	0,44	Baixo
Papanduva	764,8	16.818	13.116	0,738	Médio Alto	0,818	Médio	62.680.117	3.726,97	0,41	Baixo
Rio Negrinho	908,9	37.691	29.426	0,880	Alto	0,906	Médio Alto	231.991.965	6.155,10	0,80	Médio
São Bento do Sul	496,6	65.375	51.580	0,920	Alto	0,923	Médio Alto	520.161.481	7.956,58	1,00	Alto
Total (*Média)	5.930,4	208.879	162.317	*0,806	*Alto	*0,849	* Médio	1.234.486.452	*5.910,06	*0,63	*Baixo

Quadro XXV - Secretaria Regional - Mafra

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XXVI - Secretaria Regional - Canoinhas											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Bela Vista do Toldo	539,6	5.708	4.324	0,665	Médio Alto	0,698	Baixo	12.039.944	2.109,31	0,15	Baixo
Canoinhas	1.145,3	51.616	37.891	0,864	Alto	0,896	Médio	292.106.965	5.659,23	0,72	Médio Baixo
Irineópolis	590,6	9.733	7.088	0,737	Médio Alto	0,752	Médio Baixo	39.305.068	4.038,33	0,46	Baixo
Major Vieira	524,9	6.904	5.346	0,686	Médio Alto	0,805	Médio	25.8556.460	3.745,14	0,41	Baixo
Matos Costa	435,2	3.188	2.340	0,681	Médio Alto	0,713	Médio Baixo	19.782.607	6.205,33	0,81	Médio
Porto União	850,3	31.848	23.326	0,910	Alto	0,906	Médio Alto	100.156.895	3.144,84	0,31	Baixo
Três Barras	438,9	17.120	13.147	0,812	Alto	0,794	Médio Baixo	141.831.097	8.284,53	1,00	Alto
Total (*Média)	4.524,8	126.117	93.462	*0,765	*Médio Alto	*0,795	*Médio Baixo	631.079.036	*5.003,92	*0,55	*Baixo

Quadro XXVI - Secretaria Regional - Canoinhas

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XXVII - Secretaria Regional - Lages											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Anita Garibaldi	588,5	10.232	7.647	0,681	Médio Alto	0,773	Médio Baixo	28.331.147	2.768,88	0,25	Baixo
Bocaina do Sul	496,3	2.974	2.632	0,624	Alto	0,777	Médio Baixo	13.168.153	4.427,76	0,52	Baixo
Campo Belo do Sul	1.025,9	7.924	6.387	0,689	Médio Alto	0,718	Médio Baixo	40.167.984	5.069,15	0,63	Baixo
Capão Alto	1.336,2	3.009	2.503	0,651	Médio Alto	0,785	Médio Baixo	11.119.039	3.695,26	0,40	Baixo
Cerro Negro	417,1	4.105	2.753	0,520	Médio	0,658	Baixo	10.434.667	2.541,94	0,22	Baixo
Correia Pinto	650,3	17.020	11.260	0,828	Alto	0,891	Médio	133.316.652	7.832,94	1,00	Alto
Lages	2.648,9	156.966	110.542	0,926	Alto	0,904	Médio Alto	832.019.704	5.300,64	0,66	Baixo
Otacílio Costa	846,3	13.983	11.234	0,903	Alto	0,883	Médio	145.887.859	10.433,23	1,00	Alto
Painel	745,7	2.381	2.084	0,669	Médio Alto	0,715	Médio Baixo	10.029.456	4.212,29	0,49	Baixo
Palmeira	290,9	2.117	2.232	0,667	Médio Alto	0,776	Médio Baixo	11.684.574	5.519,40	0,70	Médio Baixo
São José do Cerrito	947,8	10.364	7.629	0,620	Médio	0,701	Médio Baixo	26.902.510	2.595,77	0,23	Baixo
Total (*Média)	9.993,9	231.075	166.903	*0,707	* Médio Alto	*0,780	* Médio Baixo	1.263.061.745	*5.466,03	*0,55	*Baixo

Quadro XXVII - Secretaria Regional - Lages

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XXVIII - Secretaria Regional - São Joaquim											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Bom Jardim da Serra	939,6	4.071	3.147	0,777	Médio Alto	0,755	Médio Baixo	24.408.079	5.995,60	0,78	Médio Baixo
Bom Retiro	1.057,6	7.951	6.544	0,760	Médio Alto	0,842	Médio	45.607.061	5.736,02	0,73	Médio Baixo
Rio Rufino	282,9	2.405	2.004	0,664	Médio Alto	0,763	Médio Baixo	12.637.975	5.254,88	0,66	Baixo
São Joaquim	1.885,8	22.790	18.691	0,792	Médio Alto	0,873	Médio	120.563.624	5.290,20	0,66	Baixo
Urubici	1.017,7	10.251	7.490	0,780	Médio Alto	0,776	Médio Baixo	39.227.875	3.826,74	0,42	Baixo
Urupema	351,6	2.527	1.989	0,735	Médio Alto	0,821	Médio	15.038.817	5.951,25	0,77	Médio Baixo
Total (*Média)	5.535,2	49.995	39.865	*0,751	*Médio Alto	*0,805	*Médio	257.408.079	*5.150,18	*0,67	*Baixo

Quadro XXVIII - Secretaria Regional - São Joaquim

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

XXIX - Secretaria Regional - Palmitos											
Municípios	Área (Km²)	População	Nº Total de Eleitores	Índice de Desenv. Humano (IDH)	Nível de Eficiência (IDH)	Índice de Desenv. Social (IDS)	Nível de Eficiência (IDS)	PIB Global R\$ 1,00	PIB Per Capita R\$ / Hab	Índice do PIB Municipal Per Capita	Nível de Eficiência PIB Municipal Per Capita
Águas de Chapecó	139,2	5.783	4.031	0,754	Médio Alto	0,777	Médio Baixo	28.005.681	4.842,76	0,59	Baixo
Caibi	172,4	6.345	5.019	0,798	Médio Alto	0,839	Médio	31.488.284	4.962,69	0,61	Baixo
Cunha Porã	219,9	10.210	7.726	0,788	Médio Alto	0,883	Médio	54.437.605	5.331,79	0,67	Baixo
Cunhataí	54,9	1.822	1.376	0,760	Médio Alto	0,886	Médio	8.885.247	4.876,64	0,59	Baixo
Mondaí	201,8	8.714	7.107	0,771	Médio Alto	0,806	Médio	64.359.500	7.385,76	1,00	Alto
Palmitos	353,3	16.033	12.625	0,787	Médio Alto	0,854	Médio	74.501.575	4.646,76	0,56	Baixo
Riqueza	190,6	5.169	3.498	0,704	Médio Alto	0,821	Médio	21.232.241	4.107,61	0,47	Baixo
São Carlos	158,5	9.364	7.334	0,820	Alto	0,870	Médio	47.727.220	5.096,88	0,63	Baixo
Total (*Média)	1.490,6	63.440	48.716	*0,772	* Médio Alto	*0,842	* Médio	330.637.353	*5.211,81	*0,64	* Baixo

Quadro XXIX - Secretaria Regional - Palmitos

Fonte: Relatório das Propostas Apresentadas nas Audiências Públicas Regionais para o PPA 2004/2007 e LOA 2004 – ALESC, adaptado pela graduanda.

ANEXOS

Ata reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional 29/08/2003

Aos vinte e nove dias do mês de agosto, aconteceu a reunião itinerante do Conselho de Desenvolvimento Regional de Blumenau, da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau, em Rio dos Cedros/SC, na Chácara do Jaime (Lagoa), sito a rua Brasília, S/N, fundos. O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Paulo França informou aos conselheiros sobre os atos do Governo do Estado e da Secretaria Regional no período transcorrido desde a última reunião. Em seguida, o secretário passou a palavra ao Prefeito de Rio dos Cedros, conselheiro Marildo Domingos Felippi, que saudou os presentes e a mesa dos trabalhos. O prefeito Marildo falou da cidade de Rio dos Cedros e contou um pouco da história do município. O prefeito destacou a importância de se ter um trabalho regionalizado e, com isso, do atendimento das necessidades da região. A reunião foi interrompida para uma apresentação cultural promovida pela Secretaria de Educação e Cultura de Rio dos Cedros. Em seguida, passou-se a leitura da ata da reunião anterior. O conselheiro Laércio Moritz pediu que fosse dispensada a leitura das mesmas, sendo que cada conselheiro recebe as atas através de correio eletrônico e solicitou também a inclusão do pedido de conclusão da Escola Ivo de Aquino, bem como providências quanto a agilização dos processos indenizatórios dos moradores lindeiros da BR 470. Feitos esses acréscimos, a ata foi aprovada e na sequência a palavra foi passada para o presidente da ACIB, Hans Dieter Didjurgeit, para que fizesse uma apresentação do Centro Internacional de Eventos e Feiras – CIEFE. O Conselheiro Didjurgeit destacou a importância de se investir neste projeto que visa captar eventos e feiras mundiais para a região. Didjurgeit falou que este não é um projeto de um grupo empresarial, mas de instituições empresariais sendo que todos serão beneficiados, desde hoteleiros até lojas de todo o Vale do Itajaí, passando por transporte, aeroporto e muitos outros. Em seguida Jorge Rodaker apresentou detalhes e informações sobre o projeto, e destacou que o projeto tem o apoio do Governo do Estado. Jorge esclareceu que é uma iniciativa de capital fechado, mas frisou que a tendência é tornar de capital aberto. Em seguida Paulo França agradeceu pela exposição e enfatizou a importância da unidade regional para viabilização do CIEFE. Após o café, os trabalhos foram retomados. O Secretário Regional Paulo França passou a palavra para o jornalista Paulo Costa, a fim de que fizesse a explanação da consolidação do Plano Plurianual (PPA) estadual 2004-2007 no sentido de apresentar os programas e ações estaduais com impactos para a região, que consta nos arquivos da Secretaria Regional, como Anexo I desta Ata. Foram feitas considerações relacionadas aos seguintes temas. Saúde: o conselheiro Egon Schramm manifestou surpresa não estar contemplado no PPA a construção do Hospital Público Regional. Ele disse que foi uma das prioridades elencadas pelos secretários municipais de saúde na região e também da Universidade Regional de Blumenau. O conselheiro Laércio Moritz frisou que a audiência pública, realizada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Blumenau, apontou o Hospital Público Regional como uma das principais metas e não entende porque o Governo excluiu o projeto. O secretário-adjunto Marco Antônio Wanrowsky explicou que o projeto foi incluído no PPA regional e que o pedido de inclusão no PPA estadual foi reencaminhado. Marco afirmou que a decisão do Conselho é a decisão da Secretaria e que a posição de prioridade continua sendo a mesma. Educação e Inovação: o conselheiro Aderbal Viviani apontou a necessidade da ampliação da UDESC. O conselheiro Pedro Zuchi destacou que uma grande parte dos gastos dos municípios com educação é folha de pagamento. Pedro questionou que ao invés de repassar recursos o governo deveria ajudar com profissionais para as escolas dos municípios. O prefeito de Gaspar comparou com a situação dos PSFs que recebem remanejamento de

pessoal do governo federal. A gerente de educação e inovação Sra Edi disse que ainda não existe uma posição definida, mas que a municipalização permite que o professor possa passar da rede pública estadual para a municipal ou vice-versa. Organização do Lazer: o gerente da organização do lazer falou que o PPA regional na área de esporte, turismo e cultura foi atendido em quase sua totalidade pelo PPA estadual. Agricultura: o conselheiro Laurino Dalke frisou que a política de agricultura deve ser regional a fim de que não haja contratempos na execução dos trabalhos. Segurança Pública e Defesa do Cidadão: o conselheiro Laércio pediu que a construção da Delegacia e do Presídio de Gaspar fosse incluída no PPA. O Delegado Regional, Juracy Darolt, falou que Gaspar será contemplada com uma delegacia e um presídio. Já na cidade de Blumenau, o bairro Fortaleza receberá, também, uma Delegacia de Polícia. O Delegado frisou que a Delegacia Regional da Polícia Civil deveria estar em instalações mais modernas para atender a demanda da comunidade, com isso citou como exemplo a Delegacia Regional de Rio do Sul. O conselheiro Aderbal Viviani disse que a proposta da OAB deveria ser revista, no sentido de haver participação das prefeituras na ampliação do Presídio Regional de Blumenau. Darolt reforçou que a construção de novos presídios é uma medida necessária para desafogar o Presídio de Blumenau. Dando seqüência, o conselheiro Pedro Zuchi alertou que o prédio dos bombeiros e da Polícia Militar de Gaspar está pequeno. Ele informou que o município vai ceder uma área mais ampla para a construção da Delegacia e transferência da PM. Zuchi comentou os problemas que enfrenta em Gaspar para implantar o presídio. Em seguida, Darolt destacou que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão sugere que os novos presídios sejam construídos às margens de rodovias e locais de fácil acesso. A conselheira Magrit Krueger falou que a Delegacia de Pomerode, também, precisa ser ampliada e reformada. Magrit perguntou se é possível construir a DP no mesmo espaço que o Presídio, mas o Delegado Regional informou que precisa ser em espaços separados. Infra-estrutura: Paulo França falou que a obra rodoviária de ligação de Blumenau à BR 470, em Gaspar, contempla a construção de uma nova ponte. Ato contínuo, Paulo França disse que algumas divergências poderão haver, mas que cabe ao Conselho lutar pelas ações contempladas ou para inclusão de novas ações. Paulo disse que o Secretário de Estado da Saúde tem um posicionamento pessoal quanto à construção do Hospital Regional, mas que o CDR deverá fazer valer a proposta elencada. Da mesma maneira, Paulo se referiu a todas as obras, principalmente as de infra-estrutura, como a BR 470 e aeroportos. O conselheiro Laércio pediu que se fosse convocado um representante para dar explicações quanto as verbas do PRODETUR, no valor de 80 milhões, para a organização do lazer. Laércio destacou que os valores parecem não terem sido direcionados corretamente ou que houve dúvidas quanto à distribuição dos recursos. O conselheiro Volni da Silva Muniz disse que as explicações serão apresentadas diretamente em Gaspar, no dia oito de setembro. O gerente da organização do lazer disse que não existe nenhum documento do governo de Santa Catarina no que se refere ao pedido de verbas. O Gerente da organização do Lazer disse ainda que o projeto do governo estadual, na última legislatura, para o PRODETUR, não foi aprovado. O conselheiro Egon Schramm solicitou o envio de uma moção de apoio à inclusão no PPA do Hospital Regional. A sugestão do documento consta nos arquivos da Secretaria Regional como Anexo II da Ata. Egon frisou que se a obra não estiver incluída no PPA não será mais possível viabilizá-lo neste governo. A proposta foi posta em votação e aprovada por unanimidade. Paulo disse que recebeu o documento de Gaspar sobre segurança pública e que o assunto será encaminhado ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. O secretário regional Paulo lembrou que a próxima reunião do dia doze de setembro, será em Pomerode e passou a palavra ao prefeito de Rio dos Cedros que agradeceu a presença de todos e disse sentir-se honrado por sediar esta reunião do Conselho. O prefeito convidou todos para um almoço de confraternização. A reunião foi encerrada às doze horas e quarenta e seis minutos. Sem mais nada a tratar, a ata foi lavrada

por Tobias Mathies e em seguida encaminhada para a Chefia de Gabinete onde foi aprovada e encaminhada aos conselheiros.

Paulo França

Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional
Presidente do Conselho de Desenvolvimento Regional



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL**



Audiências Públicas – 2003 – PPA-2003/2007 / LOA

**CRONOGRAMA
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – PPA-2004/2007 – LOA-2004**

1ª S e m a n a

Data	Dia Semana	Horário Audiência	Cidade	Local
21/07	Segunda	08:00h	São Miguel D'Oeste	Auditório do San Willas Hotel, Rua 31 de março, 901 - Centro
22/07	Terça	08:00h	Palmitos	Clube Mocrepal – SC-283 S/N
23/07	Quarta	08:00h	Maravilha	Clube Recreativo Maravilha, Av 7 de setembro – Entrada da cidade
24/07	Quinta	08:00h	Chapecó	Auditório da SDR de Chapecó, Rua Nereu Ramos, 31 – Centro
25/07	Sexta	08:00h	São Lourenço D'Oeste	Cine Bandeirante – Rua Duque de Caxias s/n – Praça da Bandeira - Centro

2ª S e m a n a

Data	Dia Semana	Horário Audiência	Cidade	Local
28/07	Segunda	08:00h	Xanxerê	Auditório do Colégio Costa e Silva - Rua José de Miranda Ramos, 321 ao lado da SDR - Centro
29/07	Terça	08:00h	Joaçaba	Auditório do Centro de Ciências Jurídicas – UNOESC – Rua Getúlio Vargas 2125 – Centro
30/07	Quarta	08:00h	Campos Novos	Auditório da UNOESC – Rua Benjamin Colla, 289 – Centro
31/07	Quinta	08:00h	Videira	Auditório da UNOESC – Rua Paese, 198 – Bairro das Torres
1º/08	Sexta	08:00h	Concórdia	Casa da Cultura – Rua Abramo Eberle, 322 – Centro



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL



Audiências Públicas – 2003 – PPA-2003/2007 / LOA

3ª S e m a n a

Data	Dia Semana	Horário Audiência	Cidade	Local
04/08	Segunda	08:00h	Caçador	Casa da Cultura – Rua Campos Novos, 600 – Centro
05/08	Terça	08:00h	Curitibanos	Auditório da Prefeitura Municipal Rua Vidal Ramos, 866 – Centro
06/08	Quarta	08:00h	Lages	Auditório do Centro AGROVETERINÁRIO-UDESC/CAV Av. Luiz de Camões, 2090 – Bairro Conta Dinheiro
07/08	Quinta	08:00h	Canoinhas	Câmara dos Vereadores – Rua Três de maio, 150 Centro
08/08	Sexta	08:00h	São José	Fundação Catarinense de Educação Especial – Rua Paulino Pedro Hermes, 2785 – Prox. a DVA – Veículos – São José



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL**



Audiências Públicas – 2003 – PPA-2003/2007 / LOA

**CRONOGRAMA
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – PPA-2004/2007 – LOA-2004**

1ª S e m a n a

Data	Dia Semana	Horário Audiência	Cidade	Local
21/07	Segunda	08:00h	Mafra	Câmara dos Vereadores – Av. Cel José Severino Maia, 441 – Centro
22/07	Terça	08:00h	Ibirama	Auditório do Colégio Hamônia – Rua Getúlio Vargas, 3006 – Bela Vista
23/07	Quarta	08:00h	Rio do Sul	Clube de Caça e Tiro Dias Velho – Rua dos Caçadores, 37 – Bairro Laranjeiras – Rio do Sul
24/07	Quinta	08:00h	Ituporanga	Auditório da Câmara de Vereadores – Rua Vereador Joaquim Boeing, 40 – ao lado da Prefeitura Municipal
25/07	Sexta	08:00h	Brusque	Anfiteatro da Fundação Educacional de Brusque – FEBE – Rua Marechal Tavares, 52 - Centro

2ª S e m a n a

Data	Dia Semana	Horário Audiência	Cidade	Local
28/07	Segunda	08:00h	Araranguá	Auditório da UNISUL – Rodovia Jorge Lacerda, 3201 – Bairro Jardim das Avenidas
29/07	Terça	08:00h	Criciúma	Auditório da AMREC – Av Santos Dumont, 855 – Bairro Milanese ao Lado do Fórum
30/07	Quarta	08:00h	Tubarão	CETUBA – SC-438 km 213 em frente ao posto São Martinho
31/07	Quinta	08:00h	Laguna	Centro Cultural Santo Antônio – Pça Vidal Ramos ao lado da Igreja Matriz
1º/08	Sexta	08:00h	São Joaquim	Casa da Cultura – Pça Cesário Amarante - Centro



COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

Audiências Públicas – 2003 – PPA-2003/2007 / LOA

3ª S e m a n a

Data	Dia Semana	Horário Audiência	Cidade	Local
04/08	Segunda	08:00h	Itajaí	Auditório da Administração do Porto de Itajaí – Rua Blumenau, 05 – Centro
05/08	Terça	08:00h	Blumenau	Auditório do Complexo Esportivo Bernardo Werner – (SESI) Rua Itajaí 3661
06/08	Quarta	08:00h	Jaraguá do Sul	Auditório do Colégio São Luiz – Av Marechal Deodoro da Fonseca, 520 – Centro
07/08	Quinta	08:00h	Joinville	Auditório da AMUNESC – Rua Max Colin, 1843 – Bairro América



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SENHORA E SENHORES

BOM DIA!

1. O MAIS LEGÍTIMO PODER REPRESENTANTE DA GENTE CATARINENSE – O PODER LEGISLATIVO DE SANTA CATARINA, SENTE-SE HONRADO COM A PRESENÇA DE TODAS AS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES E CONVIDADOS, QUE BUSCAM UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO.
2. A COMISSÃO COORDENADORA PARLAMENTAR DO ANO DE 2005,
3. DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO É COMPOSTA POR DEPUTADOS ESTADUAIS DE TODAS AS BANCADAS PARTIDARIAS COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, É UMA COMISSÃO SUPRA-PARTIDÁRIA, TENDO COMO:

PRESIDENTE DEPUTADO WILSON VIEIRA – DENTINHO – PT

MEMBROS DEP. ANTÔNIO CARLOS VIEIRA – PP

DEP. ANTÔNIO CERON – PFL

DEP. ROGÉRIO MENDONÇA – PMDB

DEP. FRANCISCO KÜSTER – PSDB

DEP. ODETE DE JESUS – PL

4. PARA DARMOS INÍCIO A MAIS UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO DAS REGIÕES: PLANALTO SERRANO E VALE DO RIO DO PEIXE – DE SANTA CATARINA, CONVIDAMOS PARA COMPOR A MESA DOS TRABALHOS AS AUTORIDADES QUE SERÃO NOMINADAS.
 5. PASSA A PALAVRA AO EXMO. SR. DEPUTADO.
-



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO



ROTEIRO BÁSICO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS

(Capítulo V, art. 10 – Lei Complementar nº. 157/97)

- I – 9:30** – Composição da Mesa dos Trabalhos/Presidência (10 min)
Deputado Presidente JOÃO ROSA (Cerimonial da Casa Militar ALESC)
- II – 9:40** – Presidente da ALESC Deputado GILMAR KNAESEL
uso da palavra (10 min)
- III – 9:50** – Presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado
uso da palavra Dep. JOÃO ROSA (10 min)
- IV – 10:00** – Presidente da Comissão Coordenadora passa a palavra aos outros Deputados
componentes da mesa (3 min / cada)
- V – 10:30** – Exposição Técnica com informações da situação financeira do Estado, bem como
do levantamento dos investimentos previstos e executados na Região – G.T.O.R.
(10 min)
- **Apresentação e Discussão do Plano Pluri-Anual 2.000 – 2.003 G.T.O.R.** (30 min)
- 11:10** – **Abertura** de prazo para questionamentos (20 min)
- 11:30** – **Intervalo para almoço**
- 14:00** – **Leitura das Propostas** / Prioridades trazidas por cada Município para inclusão na
Proposta do Projeto de Lei – Orçamento Estadual para o exercício de 2.000 ou repetir
as propostas anteriores (exercício 99). Idem para o PPA 2.000 – 2.003 (30 min).
- 14:30** – Exposição sobre as Emendas possíveis de serem acatadas e as que não tem
viabilidade de serem aprovadas. (30 min).
- 15:00** – Abertura de espaço para cada Município indicar um Representante para justificar suas
reivindicações (3 min/cada).
- 16:00** – Eleição do Representante, 1 Titular e 1 Suplente para comporem o Conselho Estadual
do Orçamento Estadual Regionalizado.
- 17:00** – Resumo final / ENCERRAMENTO a cargo do Presidente da Mesa.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL**

www.alesc.sc.gov.br – E-mail: orcamento@alesc.sc.gov.br



**ROTEIRO PARA AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO ORÇAMENTO ESTADUAL
REGIONALIZADO**

Senhores e Senhoras,

A fim de cumprir a programação referente à OITAVA Audiência Pública alusiva ao Orçamento Estadual Regionalizado prevista pela Lei Complementar Promulgada nº. 157, de 1997, damos por iniciado os trabalhos respectivos.

Apresentamos agradecimentos pela presença das Excelentíssimas Autoridades Estaduais Regionais e Municipais e Digníssimas Personalidades pela importância que emprestam à mais este significativo evento promovido pela ALESC em parceria com o Poder Executivo Estadual.

Como primeiro ato, e a fim de presidir a Mesa Coordenadora,

Convidamos o Exmo. Sr. Deputado Estadual: _____ para ocupar o lugar respectivo.

Convidamos para ocupar a Mesa Coordenadora, representando Sua Excelência Deputado Julio Garcia, Presidente da ALESC, o Exmo. Sr. Deputado _____

A fim de integrar a Mesa Coordenadora convidamos para tomar assento o:

Exmo. Sr. _____ DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional da SDR de CHAPECÓ.

Exmo. Sr. _____ DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional da SDR de XANXERÊ.

Exmo. Sr. _____ DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional da SDR de SÃO LOURENÇO D'OESTE.

Exmo. Sr. _____ Deputado _____

Exmo. Sr. _____ Deputado _____

Exmo. Sr. _____ Deputado _____

Exmo. Sr. _____ DD. Prefeito de _____

Presidente da (_____), Representando todos os Srs. Prefeitos.

Exmo. Sr. Vereador _____ DD. Presidente da Câmara de Vereadores de _____, aqui representando todos os Srs. Vereadores presentes.

Ilmo. Sr. _____ DD. Conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Regional, aqui representando todos os Srs. Conselheiros presentes.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL**

www.alesc.sc.gov.br – E-mail: orcamento@alesc.sc.gov.br



Registramos as presenças das seguintes Autoridades e Representantes Municipais:

(LEITURA DAS FICHAS DE CADASTRAMENTO DE AUTORIDADES)

Agradeço as presenças dos Srs. Secretários Municipais, Gerentes das SDRs, Servidores Públicos, Representantes de todos os seguimentos organizados da sociedade que participam desta Audiência Pública.

Passamos a palavra por 15 minutos ao Sr. _____, da Coordenadoria do Orçamento Estadual, da ALESC, a fim de apresentar a exposição dos objetivos e metodologia que nortearão esta Audiência Pública.

Passamos a palavra ao Exmo. Sr. Deputado _____, Presidente da Mesa Coordenadora, por _____ minutos, para o seu pronunciamento.

(TEMPO TOTAL DA FALA DOS DEPUTADOS: 30 MINUTOS)

Exmo. Sr. _____ por
_____ minutos

Exmo. Sr. _____ por
_____ minutos

Exmo. Sr. _____ por
_____ minutos

Exmo. Sr. _____ por
_____ minutos

Exmo. Sr. _____ por
_____ minutos

Exmo. Sr. _____ por
_____ minutos

Exmo. Sr. _____ por
_____ minutos

Exmo. Sr. _____ por
_____ minutos

Exmo. Sr. _____ por
_____ minutos

Exmo. Sr. _____ por
_____ minutos

A partir deste ato, fica desfeita a Mesa Coordenadora, liberando as Excelentíssimas Autoridades, convidando-as para acompanhar as manifestações dos Ilustres Representantes do Poder Executivo Estadual.

Passamos a palavra ao Exmo. Sr. _____,
_____ (Secretaria da Fazenda ou Planejamento), por 15 minutos,
para exposição da situação financeira do Estado e dos tetos de investimentos para cada área
elencada.

Passamos a palavra ao Exmo. Sr. _____,
_____ Secretário de Desenvolvimento Regional da SDR de
CHAPECÓ, por 15 minutos, para exposição em linhas gerais das ações realizadas em
2004/2005.

Passamos a palavra ao Exmo. Sr. _____,
_____ Secretário de Desenvolvimento Regional da SDR de SÃO
LOURENÇO D'OESTE, por 15 minutos, para exposição em linhas gerais das ações
realizadas em 2004/2005.

Passamos a palavra ao Exmo. Sr. _____,
_____ Secretário de Desenvolvimento Regional da SDR de
XANXERÊ, por 15 minutos, para exposição em linhas gerais das ações realizadas em
2004/2005.



Suspendemos os trabalhos a fim de proporcionar pausa de 15 minutos.
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL
 www.alesc.sc.gov.br – E-mail: orcamento@alesc.sc.gov.br



Retornaremos a seguir com a composição dos grupos de trabalho, os quais serão compostos por cada Secretaria de Desenvolvimento Regional e os municípios integrantes da respectiva jurisdição.

Senhoras e Senhores

Ao reiniciarmos os trabalhos, informamos que após o encerramento das atividades dos grupos de trabalho, retornaremos a este recinto para as demais atividades constantes do programa relativo a esta Audiência Pública.

A fim de compor o Grupo de Trabalho NÚMERO UM, que compreenderá a jurisdição da SDR de XANXERÊ, convidamos o Exmo. Sr. _____, DD. Secretário de Estado da SDR de XANXERÊ, Exmos. Srs. Prefeitos Municipais, Vereadores, Conselheiros do Conselho Regional de Desenvolvimento, Representantes dos Municípios e respectivos assessores, para formarem grupo de trabalho com a finalidade de eleger as prioridades.

A reunião será na sala _____.

Informamos que o tempo reservado para esta atividade é de uma hora. Portanto, esgota-se as _____ h.

A fim de compor o Grupo de Trabalho NÚMERO DOIS, que compreenderá a jurisdição da SDR de SÃO LOURENÇO D'OESTE, convidamos o Exmo. Sr. _____, DD. Secretário de Estado da SDR de SÃO LOURENÇO D'OESTE, Exmos. Srs. Prefeitos Municipais, Vereadores, Conselheiros do Conselho Regional de Desenvolvimento, Representantes dos Municípios e respectivos assessores, para formarem grupo de trabalho com a finalidade de eleger as prioridades.

A reunião será na sala _____.

Informamos que o tempo reservado para esta atividade é de uma hora. Portanto, esgota-se as _____ h.

A fim de compor o Grupo de Trabalho NÚMERO TRÊS, que compreenderá a jurisdição da SDR de CHAPECÓ, convidamos o Exmo. Sr. _____, DD. Secretário de Estado da SDR de CHAPECÓ, Exmos. Srs. Prefeitos Municipais, Vereadores, Conselheiros do Conselho Regional de Desenvolvimento, Representantes dos Municípios e respectivos assessores, para formarem grupo de trabalho com a finalidade de eleger as prioridades.

A reunião será na sala _____.

Informamos que o tempo reservado para esta atividade é de uma hora. Portanto, esgota-se as _____ h.

Retomamos os trabalhos desta Plenária para fins de deliberações a respeito das conclusões produzidas nas reuniões dos grupos de trabalhos.

Para presidir a Mesa Coordenadora, convidamos o Exmo. Sr. _____, _____ para ocupar o lugar respectivo.

Convidamos para integrar a Mesa Coordenadora:
Exmo. Sr. _____,
_____.

Exmo. Sr. _____,
_____.

Exmo. Sr. _____,
_____.

Exmo. Sr. _____,
_____.

Passamos ao espaço destinado a apresentação das conclusões dos Grupos de Trabalho.

Passamos a palavra, por 15 minutos, ao Sr. _____, Relator do Grupo de Trabalho NÚMERO UM. (SDR de XANXERÊ)

Passamos a palavra, por 15 minutos, ao Sr. _____, Relator do Grupo de Trabalho NÚMERO DOIS. (SDR de SÃO LOURENÇO D'OESTE)

Passamos a palavra, por 15 minutos, ao Sr. _____, Relator do Grupo de Trabalho NÚMERO TRÊS. (SDR de CHAPECÓ)

Leitura do documento final listando as propostas aprovadas.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL
 www.alesc.sc.gov.br – E-mail: orcamento@alesc.sc.gov.br



ROTEIRO PARA REUNIÃO DE GRUPO DE TRABALHO

Sob a coordenação do(a) Sr.(a)

_____, fica instalado o GRUPO DE TRABALHO n°. TRÊS, integrado pelos representantes dos municípios pertencentes à jurisdição da SDR de CAÇADOR.

1. Em cumprimento ao inciso IX, do artigo 15 da Lei Complementar n°. 157, de 1997, passamos para a eleição de um representante Titular e um Suplente ao Conselho Estadual do Orçamento Regionalizado, que também fará a relatoria neste grupo de trabalho e em Plenário das ações aprovadas.

1.1 – São candidatos a ocupar a vaga de representante titular:

NOME _____,
 FUNÇÃO _____

NOME _____,
 FUNÇÃO _____

NOME _____,
 FUNÇÃO _____

Foi eleito(a) o(a) Sr.(a) _____

1.2 – São candidatos a ocupar a vaga de representante suplente:

NOME _____,
 FUNÇÃO _____

NOME _____,
 FUNÇÃO _____

NOME _____,
 FUNÇÃO _____

Foi eleito(a) o(a) Sr.(a) _____

2 – Próximo ato, damos por aberto o espaço para a apresentação das ações.

2.1 – Recebidas as ações passamos à discussão para a escolha das prioritárias.

2.2 – Ações concensuadas.

2.3 - Votação das ações não concensuadas, através do sistema de tarjetas.

3 – HISTÓRICO DOS ENCAMINHAMENTOS DOS GRUPOS DE TRABALHOS;

4 – Ações concensuadas:

5 – Ações aprovadas por votação:
